

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

LÍGIA MARIA BORBA PEREIRA

O saber passa em ato: Implicações para a práxis psicanalítica

São Paulo

2015

LÍGIA MARIA BORBA PEREIRA

O saber passa em ato: Implicações para a práxis psicanalítica

(Versão Original)

Dissertação apresentada ao
Instituto de Psicologia,
da Universidade de São Paulo,
para obtenção do título
de Mestre em Psicologia

Área de Concentração:
Psicologia Clínica

Orientador: Prof. Dr.
Christian Ingo Lenz Dunker

São Paulo

2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Pereira, Lígia Maria Borba.

O Saber passa em Ato: implicações para a práxis psicanalítica / Lígia Maria Borba Pereira; orientador Christian Ingo Lenz Dunker. -- São Paulo, 2015.

105 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Ato 2. Inconsciente 3. Prática Clínica I. Título.

RC504

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

LÍGIA MARIA BORBA PEREIRA

O saber passa em ato: Implicações para a práxis psicanalítica

Dissertação apresentada ao
Instituto de Psicologia,
da Universidade de São Paulo,
para obtenção do título
de Mestre em Psicologia

Área de Concentração:
Psicologia Clínica

Banca Examinadora:

Dra. Ilana Katz Zagury Fragelli _____

Prof. Dr. Pedro Heliodoro Tavares _____

FFLCH – USP

Prof. Dr. Christian Ingo Lenz Dunker _____

IP – USP

Orientador

Aprovado em: ___ / ___ / ____

Para Guilherme,
pela compreensão,
e amor

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Christian Dunker, pelo acolhimento generoso, pela firme presença no risco assumido, pelo respeito e rigor para com o trabalho acadêmico.

Aos colegas do grupo de orientação, por possibilitarem trocas mais do que fundamentais ao desenvolvimento da pesquisa, pelo companheirismo nas horas mais precisas.

Aos colegas da Maiêutica, pela interlocução rica e produtiva, pela transmissão da psicanálise com o rigor que lhe é atinente.

Aos meus pais pelo apoio, incentivo e dedicação.

Aos meus irmãos, pelo carinho e cumplicidade.

Aos amigos, por compartilharem dos momentos bons e dos difíceis.

À Ilana Katz, pelas contribuições que se fizeram tão importantes ao encaminhamento dessa pesquisa, pela disposição e tempo dedicados a esse trabalho.

Ao Pedro Tavares, pelas precisões que possibilitaram a força necessária para seguir em frente, pela disposição e tempo dedicados a esse trabalho.

Aos funcionários da Secretaria da Pós, pela atenção dedicada, pela competência com que executam seu trabalho.

À FAPESP, pelo financiamento que tornou possível a realização dessa pesquisa.

RESUMO

PEREIRA, Lígia Maria Borba. **O saber passa em ato: Implicações para a práxis psicanalítica.** Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo, 2015.

A presente pesquisa investiga a noção de *práxis psicanalítica*, entendida como forma de saber empregada na direção do tratamento, nas decisões clínicas a ela atinentes e na ética que lhe concerne. De que maneira é possível reconhecer o saber em ação na prática da psicanálise a partir de sua incidência do lado do psicanalista? Nossa hipótese é a de que isso permitiria pensar com maior clareza critérios para definir *praxicamente* um psicanalista, inclusive considerando a incorporação do saber e da experiência adquirida em seu próprio percurso formativo. Nosso objetivo é delimitar as propriedades e características desse saber que se refere ao psicanalista, que não se restringe ao domínio de conceitos teóricos e regras deontológicos, mas também — e sobretudo — derivaria de sua análise pessoal. Examinaremos, para tanto, as propostas lacanianas a respeito da relação entre saber e verdade, da ligação entre saber do psicanalista e objeto *a*, bem como do conceito de *sujeito suposto saber* — entendendo que em tais noções se exprime a ideia de práxis e o tipo de saber que lhe seria atinente. Pretende-se verificar em que medida o saber do psicanalista possui caráter de singularidade, uma vez que advém da análise pessoal, traço de particularidade servindo ao analista para operar tratamentos em geral e, responderia também ao critério de universalidade, pela sua articulação aos conceitos do ensino teórico e pela sua aspiração de transmissibilidade.

Palavras-chave: saber, ato psicanalítico, práxis analítica.

ABSTRACT

PEREIRA, Lígia Maria Borba. **The knowledge passes into act: Implications for psychoanalytic praxis.** Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo, 2015.

This research is about the notion of psychoanalytic praxis, understood as a way of knowing. Applied towards a treatment, clinical decisions and ethics relating to it. How to recognize the knowledge in action in the praxis of psychoanalysis from its incidence on the analyst's side? Our hypothesis is that this would allow us to think clearly how to define criteria for a psychoanalyst's praxis, even considering the incorporation of knowledge and experience in their own formation. Our goal is to define the attributes and characteristics of this knowledge as regards to the psychoanalyst, that is not restricted to the domain of theoretical concepts and deontological rules, but above all, it would derive from his personal analysis. We will examine the Lacanian proposals on the relationship between knowledge and truth, the connection between knowing the psychoanalyst and the object *a*, as well as the concept of the *Subject Supposed to know* - understanding that in such notions, the idea of praxis expressed and the type of corresponding knowledge aim to verify to what extent, the knowledge of the psychoanalyst has a unique character as it comes from personal analysis, a characteristic trait, which aids the analyst to operate a treatment. It would also answer the universality criteria, by its articulation of the concepts of theoretical teaching and by its aspiration of transmissibility.

Key-words: knowledge, act, psychoanalytic praxis

SUMÁRIO

Introdução	10
I. Nota sobre o método	23
II. O sujeito suposto saber	32
III. Saber e verdade	38
IV. Saber e objeto a	43
V. Saber e falta	51
VI. Operação verdade.....	57
VII. Saber do psicanalista.....	68
VIII. Saber do inconsciente.....	76
IX. Saber fazer.....	84
X. Considerações finais.....	89
Referências bibliográficas	96

Introdução

O saber em psicanálise é um tema constante em Lacan, que abrange tanto a noção de transferência quanto o problema do final de análise e, ainda, a própria e eventual redefinição do conceito de inconsciente (como *Une-bévue*¹). Ele também se refere tanto ao psicanalista quanto ao psicanalisante, nesta experiência que é uma psicanálise. Esta pesquisa toma, como eixo privilegiado para pensá-lo, o lado do psicanalista. Interessa investigar de que maneira ele *sabe* operar uma análise a fim de aprofundar o que poderia assegurar o exercício da práxis psicanalítica.

Assim, investigar o conceito de saber em Lacan objetiva delimitar em sua obra um entendimento de saber do psicanalista como algo que deriva de sua análise pessoal. Essa é uma condição singular se consideramos as formas de acesso a uma prática profissional, ou seja, não apenas facultada por um curso ou por uma habilitação genérica e pública, mas por uma experiência pessoal — em certa medida sigilosa, privada e particular. Essa característica peculiar da formação dos psicanalistas exige, portanto, que se qualifique com maior clareza o que vem a ser o saber que está em construção ou em formação nesse processo. Seria ele o equivalente de uma iniciação, na qual se transfere um saber? Ou seria essa uma exigência de método, mas cujo saber está tanto em relação ao privado da análise pessoal quanto em relação a um saber dos conceitos, em sua estrutura transmissível e universal?

¹ Lacan, J. (1977) *L'insu-que-sait de L'une-bévue*. S'aile à mourre. Seminário de 17 de maio de 1977.

Para tanto, é indispensável considerar o inconsciente enquanto paradigma para a formação do psicanalista e perguntar que tipo de saber — no sentido do *saber fazer*, saber referente à operação analítica — ele vem delimitar.

A descoberta do inconsciente coloca em cena uma nova figura social e simbólica, o psicanalista. O passo dado por Freud, de médico neurologista a psicanalista, leva-o a inaugurar um campo que constitui um saber em que há conceitos, noções — formulações que se dão a partir de seus encontros com formas de sofrimento e com modalidades de tratamento.

Tal saber constituído por Freud, a psicanálise, percorreu um caminho que implicou um lugar inaugural a ele, o de psicanalista. A esse respeito, suas cartas a Fliess são um material interessante, pois

(...) esse dispositivo de escrita foi o cadinho do qual Freud se serviu não apenas para a invenção da psicanálise, mas também do psicanalista, como se a nova construção conceitual tivesse por condição que ele próprio se deslocasse para um lugar inédito, não prescrito na relação entre médico e paciente: o lugar de analista. (Vidal, 2010, p. 461)

Elas situam-se em um momento anterior à inauguração da psicanálise e relatam os diferentes sentimentos que permeavam sua descoberta. Para muitos autores, desempenharam para Freud um papel similar ao de uma análise: “Freud impôs a Fliess um papel similar ao do psicanalista. A prolongada omissão de Freud, quase que sua recusa em avaliar de maneira realista seu amigo íntimo, sugere que estava envolvido numa séria relação de transferência” (Gay, 1989, p. 70).

Freud não teve intenção de publicar essas cartas; elas tinham um caráter íntimo, revelavam suas dúvidas, incertezas, detalhes de sua vida com Martha, sua esposa — “o tipo de coisa que um burguês decente só confessaria a seu analista. Mas Fliess era o homem a quem Freud podia contar tudo.” (Gay, 1989, p. 70).

Algumas cartas de 1897 demonstram o questionamento de Freud a respeito de sua construção teórica, fazem parte de um momento em que ele reformula suas postulações e abandona a teoria da sedução como uma explicação geral da origem das neuroses (Gay, 1989, p. 102). Essa correspondência possibilita uma percepção da posição de Freud em relação ao que descobria e formulava:

Viena, 21 de setembro de 1897.

Querido Wilhelm,

Aqui estou eu de novo, desde ontem de manhã, reanimado, bem-disposto, empobrecido e sem trabalho no momento; e, estando novamente instalado, escrevo a você em primeiro lugar.

E agora quero confiar-lhe, de imediato, o grande segredo que foi desapontando lentamente em mim nestes últimos meses. Não acredito mais em minha *neurótica* [teoria das neuroses]. Provavelmente, isso não será inteligível sem uma explicação; afinal você mesmo considerou digno de crédito aquilo que pude lhe contar. De modo que começarei historicamente a lhe dizer de onde vieram as razões de descrença. O desapontamento contínuo em minhas tentativas de levar uma única análise a uma conclusão real, a debandada de pessoas que, por algum tempo, tinham estado aferradíssimas à análise, a falta dos sucessos absolutos com que eu havia contado e a possibilidade de explicar a mim mesmo de outras formas os sucessos parciais, à maneira habitual — esse foi o primeiro grupo de motivos a constatar. (...)

(...) Agora, não tenho agora nenhuma ideia de onde me situo, pois não tive êxito em alcançar uma compreensão teórica do recalçamento e de sua inter-relação de forças. Mais uma vez, parece discutível que somente as experiências posteriores deem ímpeto às fantasias, que então remontariam à infância, e, com isso, o fator de predisposição hereditária recupera uma esfera de influência da qual eu me incumbira de desalojá-lo — em prol do esclarecimento da neurose. (Freud apud Masson, 1986, p. 265)

Fliess foi para Freud um amigo íntimo, companheiro de especulações que não se impressionava com as afirmações freudianas, podendo auxiliá-lo a enfrentar a hostilidade gerada pela sua descoberta em seu meio profissional. Ele desempenhou um papel importante na pré-história da psicanálise por ocupar o lugar de confidente, a quem Freud atribuiu grande importância. No entanto, a amizade deles não durou muito tempo. Após um congresso em 1900, desentenderam-se. Ainda se falaram por um período, mas logo depois a amizade acabara (Gay, 1989).

Tais cartas também revelam que “esse emaranhamento entre autobiografia e ciência marcou a psicanálise desde o início. (...). Desde então, não cessou a objeção de que Freud (...) transpôs seus próprios traumas psicológicos para as chamadas leis da mente” (Gay, 1989, p. 97). Esse ainda parece um emaranhado, no entanto, quando o assunto é análise pessoal, parte da formação do psicanalista. A psicanálise é um campo em que a subjetividade adquire grande relevância e no qual os juízos mais decisivos dependem apenas de quem os formula. Sem dúvida, a prescrição da análise pessoal evidencia esse aspecto: trata-se da subjetividade do psicanalista que deve ser analisada, mas o que o analista retiraria dessa experiência para poder sustentar-se em sua práxis?

De que modo a mudança de posição subjetiva derivada da análise pessoal pode levar a passagem de analisante à analista?

A transmissão da psicanálise e a formação do psicanalista são assuntos tratados por Freud. Em seus *Escritos técnicos*, estabelece recomendações para este: “o psicanalista deve voltar seu próprio inconsciente, como um órgão receptor, na direção do inconsciente transmissor do paciente” (Freud, 1912/1996, p. 129). Para tanto, é necessário que o psicanalista se submeta a um processo de análise. Freud insiste que ele “tenha antes passado por uma purificação psicanalítica” (Freud, 1912/1996, p. 129). Constata-se que Freud assinala a importância da análise pessoal como a via privilegiada à experiência do inconsciente, bem como esta experiência aparece como condição necessária para a práxis analítica que tem como cerne o inconsciente, tanto do lado do analista quanto do analisante.

Tal necessidade indica uma exigência que a psicanálise, ao pôr em cena o inconsciente, passa a ter. Freud elaborou um objeto que não preexistia ao campo do saber de sua época. A partir desse objeto novo, o Inconsciente, ao elaborá-lo enquanto um conceito pertencente ao campo de um saber que propõe um método de tratamento e implica uma práxis, houve consequências necessárias para se trabalhar com o saber da psicanálise, uma delas é a análise pessoal.

Por certo, esse esforço de elaboração o levou a formular um objeto novo. Quero dizer, não pré-existente no campo do saber. Tanto e a tal ponto que só depois de formalizado passou a ter existência conceitual e vigência clínica. Portanto, trata-se de um objeto construído. Um objeto que Freud identificou com o nome de “Inconsciente” (*Unbewusste*). E aqui, cabe o adendo que, tal e como ocorre com todo objeto formal —

e, portanto, construído —, sua definição determina as coordenadas a partir das quais é possível cerni-lo. (Cabas, 2009, p. 15)

Freud delimita coordenadas para que seja possível tratar da psicanálise no seu campo conceitual; uma delas refere-se a sua transmissão, em que ele assinala a imprescindibilidade do processo de análise diante da impossibilidade de apreensão do inconsciente unicamente por uma via conceitual.

Os senhores, porém, também entenderão, talvez, quão incapazes de formar um julgamento desta questão são todas essas outras pessoas familiarizadas apenas com o inconsciente enquanto conceito, que jamais efetuaram uma análise e jamais interpretaram sonhos, ou encontraram sentido e intenção nos sintomas neuróticos. (Freud, 1917/1996, p. 286)

A imprescindibilidade que se apresenta de um processo de análise para a apreensão do inconsciente traz como consequência uma posição própria do campo psicanalítico. A psicanálise não pode ser apreendida unicamente através dos conceitos. A análise, enquanto imprescindível, apresenta-se como a via que leva o analista a “saber” operar uma análise — o que não descarta a necessidade do saber conceitual. A questão que se quer investigar são as condições, propriedades e critérios envolvidos no saber do fazer analítico; ou seja, da práxis que não se limita ao saber conceitual, mas que envolve também um saber derivado da análise pessoal.

A partir da formação da Associação Psicanalítica Internacional, em 1910, no Congresso Psicanalítico de Nuremberg, dos esforços iniciais de Ernest Jones, Max Eitingon e Sándor Ferenczi, bem como da experiência da Policlínica Psicanalítica de Berlim, a formação do analista é proposta a partir de um tripé que consiste em ensino

teórico, análise pessoal e a supervisão de casos clínicos — o que até hoje é sustentado em relação à transmissão do saber da psicanálise.

Para Freud, a formação do psicanalista é tratada através das considerações sobre a *análise pessoal, o inconsciente do analista enquanto receptor* do inconsciente do analisante. Há muitas expressões em alemão para designar o que chamamos de saber — *Wissen, Kennen, Erkennen* — e Freud as emprega de forma diversa e combinada com seus substantivos derivados (*Erkenntnis*). Apoiando-se nisso ele chega a declarar, mais de uma vez, que há “*muitas formas de saber*”. No entanto, não se encontra uma associação a um saber propriamente referido ao analista.

Lacan, diferentemente de Freud, utiliza com frequência um único termo para “saber” (*savoir*), muitas vezes relacionado à formação do psicanalista — abordado a partir de noções como *lugar do psicanalista, posição do analista e formação do psicanalista*. No seminário XIX, Lacan afirma que “a questão do saber do psicanalista não é, em absoluto, de saber se isso se articula ou não, mas de saber em que lugar é preciso estar para se sustentá-lo” (Lacan, 1972b / 2011, p. 36). Situar e delimitar tal termo faz parte dos objetivos desta dissertação, dada a forte preponderância desse termo na obra lacaniana bem como a insistente referência, desse, ao analista na práxis analítica.

Tal objetivo mostra-se pertinente, uma vez que pode indicar a diferença entre um saber que se dá através dos conceitos e um saber que advém da análise pessoal. Há a indicação de que esse saber refere-se a um lugar, posição então ocupada pelo analista — possivelmente fruto da análise pessoal, e não propriamente de tipos de saber.

Em seu *Seminário II*, Lacan afirma que “há em todo saber, uma vez constituído, uma dimensão de erro, que consiste em esquecer a função criadora da verdade em sua forma nascente. (...). Mas nós analistas, que trabalhamos na dimensão desta verdade em estado nascente, não podemos esquecê-la” (Lacan, 1955/1987, p. 30). Ele evidencia, através da discussão do *Mênon*, que todo saber ora constituído tem uma dimensão de erro pela perda da dimensão da verdade. Lacan se refere ao saber constituído através da inauguração de um campo — como uma construção de conceitos — que pode ser ensinado, transmitido, mas assevera que não é isso que possibilita a ação analítica e que o psicanalista deve formar-se em outro âmbito.

Tudo o que se opera no campo da ação analítica é anterior à constituição do saber, o que não impede que, operando neste campo, tenhamos constituído um saber, e que se mostrou inclusive excepcionalmente eficaz (...)

É por esta razão também que, quanto mais sabemos, maiores são os riscos. Tudo o que se ensina a vocês sob uma forma mais ou menos pré-digerida nos pretensos institutos de psicanálise — estádios sádico, anal, etc. —, é claro que tudo isto é muito útil, sobretudo para as pessoas que não são analistas. Seria estúpido que um analista os negligenciasse sistematicamente, mas é preciso que saiba que esta não é a dimensão na qual ele opera. Ele deve formar-se, tornar-se flexível num outro âmbito que não aquele onde se sedimenta, onde se deposita aquilo que em sua experiência vai formando-se pouco a pouco de saber. (Lacan, 1955/1987, p. 30)

A partir desse trecho, destacamos que a esta dissertação interessa o saber da operação analítica que se distingue da dimensão do saber da experiência que Lacan afirma que vai *formando-se pouco a pouco de saber*. O analista deve tornar-se flexível em outro âmbito. Qual âmbito seria esse? Âmbito se aproxima da noção de lugar ora

destacada pela afirmação lacaniana. De que maneira o saber do psicanalista permitiria sustentar um lugar que não esquece a dimensão da verdade?

Segundo Lacan, o inconsciente se refere a um novo paradigma. “(...) inconsciente — nem mesmo o chamasse do que acabo de dizer, um *saber desconhecido do sujeito*, porque isso não é conceito, em nenhum dos dois níveis. É um paradigma a partir do qual existem os conceitos (...)” (Lacan, 1968/2008, p. 384). Tal novo paradigma aponta para a possibilidade de que, assim como foi inaugurado um lugar inédito referido ao psicanalista, tenha surgido também um saber do psicanalista que possibilita um lugar que sustenta a dimensão da verdade.

Outro aspecto que se pretende investigar diz respeito a essa distinção entre um antes e um depois apontada por Lacan. Estaria relacionada a um saber que pode derivar da análise pessoal? Um antes da análise e um depois? Desse modo, é interessante examinar se essa distinção estaria relacionada a um saber que pode derivar da análise pessoal.

Esse aspecto nos indica também a importância da noção de ato analítico. Ato que é definido como o que caracteriza o psicanalista e intimamente relacionado à afirmação lacaniana de *que o saber passa em ato*. Assim a noção de ato analítico será investigada. Tal noção refere-se a um ponto de passagem de analisante a analista, ponto em que se espera que o então analista saiba dirigir uma análise. “O ato psicanalítico por excelência é aquele em que o analisante passa a analista. Disto se deduz que só é possível encontrar-se o ato analítico no início da análise de cada paciente, caso ele tenha se realizado para aquele analista no final de sua própria análise” (Quinet, 1991, p.110).

O Seminário em que Lacan trata do ato psicanalítico é contemporâneo de sua “Proposição de 9 de Outubro”, em que, ao tratar da formação do analista, propõe o dispositivo do passe enquanto o final de análise. “O passe propõe que o analisante seja ele mesmo testemunha de seu processo e que elabore um saber sobre sua passagem a analista” (Quinet, 1991, p. 113). Tais trechos indicam a importância de um saber elaborado a partir da análise como imprescindível ao saber do analista, ao saber da práxis.

Em “A direção da cura e os princípios de seu poder”, Lacan apresenta questões referentes ao psicanalista: “Quem é o analista? Aquele que interpreta, tirando proveito da transferência? Aquele que a analisa como resistência? Ou aquele que impõe sua ideia de realidade?” (Lacan, 1958/1998, p. 598). Tal questionamento mostra que mesmo após as formulações de Freud a respeito da formação do analista, da prescrição da análise pessoal, Lacan insistia a respeito da operação do analista. Nesse texto, Lacan aponta os desvios da técnica freudiana, ressaltando que a dificuldade de apreensão dos conceitos levava a consequências na práxis clínica: “as flagrantes incertezas da leitura dos grandes conceitos freudianos são correlatas às fraquezas que oneram o labor prático” (Lacan, 1958 /1998, p. 618).

Ao insistir a esse respeito, Lacan acabou por destacar um saber derivado da análise, de uma passagem de analisante a analista, apontando para uma dimensão de erro relativo a todo saber ora instituído que se esquece da dimensão da verdade. Há, portanto, um saber — conceitual — que é construído; saber que se mostra compatível, porém insuficiente, com esse saber que subsidia a práxis. Desse modo, destaca-se que o

saber pronto pré-digerido, saber construído e conceitual, não responde, por si só, ao saber do psicanalista. O saber do analista deve sustentar a dimensão da verdade, a qual dependerá da análise pessoal para estar presente na operação analítica. Desse modo, investigar o conceito de verdade na obra lacaniana tornou-se importante para nos aprofundarmos a respeito desse tema.

Lacan, para tratar do saber em psicanálise, põe em cena a figura do analista, à qual é associado um saber. Em 1953, por exemplo, afirma que: “A formação do candidato não pode concluir-se sem a ação do mestre ou dos mestres que o formam nesse não-saber, sem o que ele nunca será nada além de um robô analista” (Lacan, 1958/1998, p. 360). Surge aqui um elemento importante e insistente para uma possível topologia do conceito de saber, ou seja, a forma quase metodológica como Lacan trabalha com as negações do conceito de saber para extrair e qualificar a definição do saber do psicanalista.

Em “Variantes do tratamento padrão”, Lacan refere-se ao saber enquanto uma *douta ignorância*: “Em outros termos, a posição do analista deve ser a de uma *ignorantia docta*, o que não quer dizer sábia, mas formal, e que pode ser para o sujeito formadora” (Lacan, 1953/1998, p. 362). *Douta ignorância* é uma definição do saber em Lacan, enquanto um saber mais elaborado. “O fruto positivo da revelação da ignorância é o não-saber, que não é uma negação do saber, porém sua forma mais elaborada” (Lacan, 1953/1998, p. 360).

Nesse momento de seu ensino, o psicanalista deveria formar-se nessa *douta ignorância*, em um não-saber que se daria através da análise pessoal. Fica claro que há

diferentes maneiras de negar o saber, algumas nas quais essa negação deixa de constituir, ela mesma, um saber — como o caso do desconhecimento, da inépcia ou da imperícia — e aquelas nas quais a negação do saber é, ela mesma, um saber — como se dá nessa doura-ignorância ou nesse não-saber.

A formação do psicanalista é um tema recorrente no ensino lacaniano, sendo abordada pelo viés de sua autorização. Lacan asseverará que esse não-saber não se refere a uma ignorância a respeito da psicanálise, marcando, assim, a importância do saber a ser transmitido. Em sua “Proposição de 9 de Outubro”, ele afirma que *“Isso não autoriza o psicanalista, de modo algum, a se dar por satisfeito com saber que nada sabe, pois o que se trata é do que ele tem de saber”* (Lacan, 1967/2003, p. 254; grifo nosso). Tal afirmação é categórica com relação à autorização do analista, reiterando como fundamental a transmissão de um saber no processo de formação.

Constatamos que o termo *saber* é marcadamente relacionado à práxis analítica, além de ser muito utilizado por Lacan para referir-se ao psicanalista, o que faz com que tal conceito seja um indicador da direção desta investigação. Ao procurar investigar o saber que sustenta a práxis analítica, vimos que Freud já asseverava a imprescindibilidade da análise pessoal; tal importância dada à análise pessoal é largamente tratada por Lacan durante seu ensino. Ressaltamos noções como “saber do psicanalista”, “lugar”, “passagem de analisante a analista” — presente na operação do ato analítico — a fim de direcionar esta investigação. Assinalamos que o saber do psicanalista é de outro âmbito e não se refere a um acúmulo, a uma soma de saber; o

mesmo é associado ao não-saber, à *douta ignorância* e a um lugar que permite a sustentação da dimensão da verdade.

A presente pesquisa tentará mostrar um desenvolvimento do que se trata de um saber que possui uma derivação da análise pessoal através do aprofundamento de noções como sujeito suposto saber, verdade, objeto *a*, posição subjetiva — noções estas que aparecem em relação ao saber. O ato psicanalítico é uma noção privilegiada ao longo da pesquisa por concentrar afirmações que definem a passagem de um saber do psicanalista, bem como uma mudança de posição referida ao psicanalista. Aquele também aponta um momento que se refere a um início, possivelmente um momento que inaugura um psicanalista.

Assim, o termo “saber” é explorado em relação a noções psicanalíticas, a fim de se delimitar critérios que definem o saber da práxis, sem perder de vista o paradigma da psicanálise: o inconsciente. A verdade aparece insistentemente referida ao saber que deve poder sustentá-la, assim como o aspecto negativo do saber (não saber, *douta ignorância*) mostra-se aí de modo preponderante. E, com isso, ambos serão aspectos determinantes para qualificar o saber do psicanalista que convocará uma invenção — delimitando um saber que apresenta uma singularidade em jogo —, bem como convocará um fazer e uma práxis *poiética*.

I. Nota sobre o método

Considera-se Lacan um autor privilegiado para tratar desse tema, uma vez que ele dedicou seu trabalho à psicanálise ao longo de sua vida, trazendo contribuições ao tema. Lacan destaca que algo no saber do psicanalista não é antecipável, não é capaz de ser posto em critérios verificáveis com anterioridade. Ele assinalou, em relação à formação do psicanalista, que a transmissão da psicanálise através de uma padronização da formação — com a predeterminação da quantidade de sessões de uma análise, da quantidade de anos em análise, da quantidade de horas de atendimento supervisionado — que procurava dar garantias da transmissão do saber da práxis levava, no entanto, a uma normatização que acabava por tirar do cerne da formação o inconsciente.

Lacan procurou sustentar enquanto noção central à formação do psicanalista; o inconsciente. Seus comentários críticos em relação ao tecnicismo da IPA geraram conflitos com outros analistas que discordavam da sua postura, o que culminou com sua excomunhão de tal instituição. Após tal incidente, ele escreverá alguns textos sobre *o psicanalista, a formação e a Escola*. Em seu texto “O engano do sujeito suposto saber”, por exemplo, Lacan afirma que o psicanalista “(...) não é determinado pela sua forma mental, mas em sua posição de sujeito tal como inscrita no real: tal inscrição é o que define propriamente o ato” (Lacan, 1967/2003, p. 339). Ao discorrer sobre a formação do psicanalista, ressalta a existência de um “antagonismo entre saber e ensino e que o discurso psicanalítico não se sustentaria se o saber exigisse a intermediação do ensino” (Lacan, 1970/2003, p. 308). Diante disso, afirma que “o saber passa em ato” (Lacan, 1970/2003, p. 310).

Tais formulações evidenciam a problemática freudiana de que a apreensão da operação do psicanalista não pode ser transmitida sem a presença da análise, que coloca, no centro do saber do analista, o inconsciente. Lacan aponta as noções de ato, de posição subjetiva, de Real como relacionadas ao saber em questão. Desse modo, tais noções serão tomadas como direcionamentos a esta pesquisa.

Em seu *Seminário XV, O ato psicanalítico*, ele afirmará que tal mudança subjetiva permitirá o advento de um analista. Ele afirma que o analisante faz uma passagem a analista, da qual depende a possibilidade de realizar a práxis psicanalítica: “a passagem do psicanalisante a psicanalista, (...) e dada como condição de toda competência analítica” (Lacan, 1967, p. 65).

Ao assinalar a impossibilidade de padronização, Lacan assevera o inconsciente como cerne da psicanálise, como a causa das diferenças intrínsecas à formação de cada psicanalista, o que o leva a propô-la enquanto um caminho singular. Desse modo, podemos inferir que a transmissão do saber referido à práxis não pode ser tratado de maneira universal, ou seja, igual para todos. Destaca-se assim um aspecto desse saber que é a singularidade que se pretende investigar.

Esse caminho singular que cada sujeito faz com a psicanálise refere-se a um movimento constituinte do saber. A psicanálise refere-se a um saber que coloca questões e que responde a essas de um modo que leva à abertura de novas questões. Tal modo distingue-se do acúmulo de saber, ao qual Lacan se refere como não se tratando do saber da psicanálise. Ao responder de modo fechado, que não leva a uma abertura, não se permitiria o acesso ao saber da psicanálise, pois:

Estaria partindo do saber pronto, adquirido e acumulado (...) para, comodamente, furtar-me ao trabalho que a pergunta efetivamente exige. Estaria também enfiando a rolha do saber constituído no movimento constituinte do saber que toda boca que se abre para perguntar produz, amordaçando esse movimento, calando a pergunta, silenciando o sujeito que a faz. Ao proferir enunciados psicanalíticos, estaria agindo no sentido contrário de toda enunciação verdadeiramente psicanalítica, e, enfim, resistindo à psicanálise. Lacan não partiu de sua frase, mas chegou a ela, e cada um de nós precisa, de certo modo, refazer esses caminhos. (Elia, 2004, p. 21)

É ao refazer o caminho dessa questão concernente ao saber da práxis psicanalítica que será possível a esta pesquisa se aprofundar no saber constituído dos mestres — dos autores que tratam desse tema —, para que busque uma contribuição para com esse assunto.

Destaca-se que pesquisar o saber pertencente à psicanálise perpassa, inevitavelmente, dois campos: o campo dos conceitos e o campo clínico.

Essa dupla inscrição representa uma anfibia. Uma dualidade que deve ser lembrada a todo momento, pois o risco de deslizarmos de um plano a outro — do clínico para o epistêmico — é grande. Com as conhecidas consequências. Uma metonímia sem pontuação. Um deslize em moto contínuo e, no fim, uma certa babelização dos conceitos. (Cabas, 2009, p. 31).

Desse modo, a dissertação caminhará nesses dois planos, procurando manter o rigor conceitual. Tal como apontado anteriormente — que é através de um emaranhado entre a análise pessoal e o saber advindo dos conceitos que o saber da práxis psicanalítica pode vir a se dar —, propomos que a pesquisa caminhe no campo dos conceitos sem perder de vista o campo clínico, podendo deslizar de um ao outro de modo fecundo.

Destacamos que é a partir do ensino, das noções, dos conceitos — mas não exclusivamente destes — que se dá um saber em psicanálise, pois esse saber também é fruto da análise pessoal, não se tratando de um saber aprendido em uma análise, mas em relação a esta para sua apreensão.

Tal relação parece indicar o modo como se dá a apropriação da doutrina psicanalítica por um sujeito que pretende ser psicanalista; pois, tal como assinala Lacan, o psicanalista depende da mudança de posição subjetiva que ocorre no ato psicanalítico. Essa característica parece indicar a especificidade do saber do psicanalista, apontando o aspecto singular nele envolvido. A apropriação do saber, tal como define Lacan, implica um ato psicanalítico — processo ou final de uma análise.

A pesquisa caminhará por um percurso singular, procurando respeitar a prescrição psicanalítica de responder às questões levantadas de maneira a chegar a uma conclusão, e não partir de uma previamente estabelecida.

Destaca-se que é ao ter o inconsciente enquanto cerne da psicanálise que Freud necessitou asseverar a importância da análise pessoal para a formação do psicanalista; inconsciente que, por sinal, já é apontado por Freud como um saber — mesmo que não seja tão predominantemente referido ao saber do psicanalista.

Saber [*Wissen*²] nem sempre é a mesma coisa que saber [*Wissen*]: existem diferentes formas de saber [*Wissen*], (...). O conhecimento [*Wissen*] do médico não é o mesmo que o do paciente, e não pode causar os mesmos efeitos. Se o médico transferir seu conhecimento [*Wissen*] para o paciente, na forma de informação [*Mitteilung*], não se

² Freud, S. (1917) *Die Fixierung an das Trauma, das Unbewusste*. Vorlesung 18. Sigmund Freud Studienausgabe. Frankfurt: Fischer, 1989, p. 280.

produz nenhum resultado. Não, seria incorreto dizer isso. Não resulta em remoção do sintoma, mas tem um outro resultado — o de pôr em movimento a análise, do que um dos primeiros sinais, frequentemente, são as expressões de rechaço. O paciente sabe [*weisst*], depois disso aquilo que antes não sabia [*nicht gewusst hat*] — o sentido de seus sintomas [*Sinn seines Symptoms*]; porém, sabe [*weisst*] tanto quanto sabia. Com isso, aprendemos que existe mais de uma espécie de ignorância [*Unwissenheit*]. (Freud, 1917/1996, p. 288)

Desse trecho pode-se destacar que Freud já apontava para uma distinção entre os saberes. Ele ressalta que o saber do médico sobre os sintomas do paciente apresentava-se insuficiente para a cura dos sintomas, pois se trata de algo que o paciente já sabia e também não sabia. Há claramente um assinalamento de Freud para o inconsciente enquanto um não-saber, um saber insabido referente ao inconsciente. Tal apontamento é uma indicação da importância de se investigar o saber da análise pessoal e sua relação com o inconsciente.

O termo “saber” não possui tanta ênfase na obra de Freud; já em Lacan é possível encontrá-lo referido ao analista. O termo “inconsciente”, ademais — originalmente, em alemão, *Unbewusste* — pode ser traduzido por *insabido*, um não-saber; logo, etimologicamente há uma clara ligação entre estes termos. Mas também vemos na passagem acima que o in-sabido [*Unbewusste*] não é o mesmo que o ignorado [*Unwissenheit*]; e isso acontece porque o termo alemão para “consciência” [*Bewusstsein*] deriva do verbo “saber” [*wissen*] acrescido de um sufixo de substantificação [*sein*, “*ser*”]. Portanto, *tomar consciência* e *saber* são noções muito próximas em alemão, apesar de claramente distintas em português. Assim, apesar da clara ligação etimológica entre inconsciente e não-saber, não se trata de explicar o saber

apenas por uma associação terminológica, mas de realizar uma investigação a esse respeito e pesquisar a ênfase do termo no ensino lacaniano.

O termo “saber”, presente desde o início até o final da obra de Lacan — como, por exemplo, em seu *Seminário XXIV*³ [“*O insucesso da equivocação é o amor*”, em tradução livre] — é mais uma indicação de sua importância na psicanálise e na direção desta investigação. Desse modo, pretende-se abranger o desdobramento desse termo na obra de Lacan, seguindo os passos do método estrutural da análise de textos, ou seja: “Refazer, após o autor, os movimentos de que a estrutura da obra guarda o traçado, é repor em movimento a estrutura e, desse modo, situar-se num tempo lógico” (Goldschmidt, 1963, p. 143). O tempo lógico visa abarcar tanto a verdade dessa doutrina quanto sua origem, assumindo que o desenvolvimento de uma ideia depende de um tempo cronológico, mas poderá encadear-se numa nova temporalidade, a qual se encontrará na estrutura da obra.

A presente pesquisa fará uma revisão do termo *saber* (*savoir*) em alguns seminários e escritos de Jacques Lacan. Ele é considerado um autor privilegiado, pois se dedicou à psicanálise, tratando da formação do psicanalista e da prática analítica com rigor em seus seminários e escritos. Além disso, tal termo é preponderante em sua obra, possuindo relação com outros vértices fundamentais de seu ensino, como *verdade*, *objeto a* (nesse caso, em estreita conexão com a noção de gozo) e o pivô da transferência, o *sujeito suposto saber*.

³ Lacan, J. (1977) *L'insu-que-sait de L'une-bevué S'aile à mourre*. Seminário de 17 de maio de 1977.

Trata-se de uma pesquisa que pretende reconstruir os regimes de relação do termo em relação aos vértices do ensino lacaniano mencionados, tendo em conta seus modos de negação, sua relação com a dimensão de singularidade e universalidade referida aos movimentos internos do conceito na obra. A partir desse recorte pretendemos proporcionar uma abertura na teoria lacaniana para a compreensão do saber da práxis analítica. Pesquisar o termo “saber” exige, por um lado, um recorte preciso — capaz de dar conta do objeto que se quer circunscrever — e, por outro, uma organização da conceitografia no interior da obra lacaniana que diz respeito a tal objeto.

Para tanto, é fundamental, através de uma leitura rigorosa, um retorno aos textos canônicos que tratam de tal temática. A operação de retorno possui, em Lacan, um sentido igualmente metodológico. O retorno permite uma nova abertura da obra dos mestres, que pode padecer de “esquecimentos” devido ao padrão das leituras vigentes. O retorno não é apenas a retomada do idêntico, mas a exigência de trabalho para que o conceito se renove no tempo da obra: “a operação de retorno pode modificar um campo teórico deslocando sua ênfase ou o seu “centro de gravidade” (...) que torna possível, entretanto, a emergência de *diferenças*” (Kupermann, 2009, p. 300; grifo do autor).

Para tanto, será feito um recorte com ênfase nos *Seminários XV, XVI, XVII, XVIII e XIX*, por concentrarem grande parte das postulações lacanianas relacionadas ao saber. Além disso, eles tratam do tema da passagem de analisante a analista, que é afirmada por Lacan como dependente do ato psicanalítico — tema do seu *Seminário XV*, culminando esse recorte em seu *Seminário XIX*, dedicado ao saber do psicanalista. Além de tais seminários, serão utilizados trabalhos de autores que tratam de tal tema, adentrando brevemente em outros momentos do ensino lacaniano em relação ao objeto

da pesquisa. No entanto, a parte central desta refere-se ao período compreendido entre os anos de 1967 e 1972, em que se deram os *Seminários* acima citados.

Tal privilégio a esse período se dá porque, nesses Seminários, nota-se certa destaque a ideia de uma transformação na posição subjetiva, apontada por Lacan como o que pode possibilitar que se ocupe a posição do psicanalista — também tomada então enquanto outro indicador da necessidade de um trabalho de análise a partir da singularidade de cada um. Desse modo, objetiva-se a questão anteriormente levantada sobre a característica de singularidade presente no saber do analista, uma vez que é referido ao inconsciente, sem perder de vista seu aspecto de universalidade.

O emaranhado citado anteriormente entre autobiografia e ciência, a subjetividade do próprio Freud que fez parte de sua descoberta, é um ponto relevante para a problemática do saber derivado da análise pessoal. O conjunto desse emaranhado envolvendo experiências, representações, incorporações e apropriações indica, mais uma vez, o aspecto singular presente no saber do analista — mas não só, pois parece apontar uma articulação entre o aspecto singular envolvido nesse saber e sua universalidade, porque é um saber que se transmite também fora da análise, como exemplo disso, seria a ciência emaranhada em uma autobiografia.

Uma das qualidades que primeiro saltam aos olhos aos que começam a rastrear a noção de saber em Lacan é que ela trabalha insistentemente pela via do negativo (não-saber, *ignorantia docta*). Além de tais qualidades, destacamos a importância da posição subjetiva, da relação desse saber com o inconsciente e da passagem a analista através do

ato analítico — noções que se apresentam como importantes de serem investigadas a fim de darmos conta do objeto em questão.

II. O sujeito suposto saber

Lacan, partindo de Freud, aponta em seu *Seminário* do ato psicanalítico que o psicanalista advirá da análise na medida em que houver um ato analítico que o leve a tornar-se analista. “O analisante, chegado ao fim da análise no ato, se há um, que o leva a tornar-se o psicanalista, não precisamos ver que ele só opera essa passagem no ato que recoloca em seu lugar o *sujeito suposto desejar*” (Lacan, 1967, p. 85). Assim, Lacan passa a delimitar um ponto de passagem de analisante a analista no ato, que implica em uma transformação e coloca em cena o sujeito suposto desejar.

Para Dunker, o momento em que há a operação do ato analítico responderia ao “segundo tempo do tratamento que precisa introduzir uma mutação da transferência de forma a justificar a ideia de que o ato reduz o sujeito suposto saber ao objeto *a*” (Dunker, 2009, p. 343). A transferência do processo psicanalítico

precisa se realizar como neurose de transferência. Ou seja, cada ponto da alienação originária ao Outro encontra um símile que reproduz e atualiza a relação do sujeito com o inconsciente. (...) Em Lacan, a transferência terá estrutura semelhante: o sujeito suposto saber. O sujeito suposto saber é uma operação de transporte, atualização e redução dos modos de alienação do sujeito ao analista. (Dunker, 2009, p. 338)

A transferência é tomada por Lacan como sujeito suposto saber; ela é um pivô que coloca o analista em um determinado lugar, lugar que responde ao início da análise. Tal como citado acima, em um segundo momento ocorre uma transformação e o analista ocupará um lugar distinto que se refere ao objeto *a*. “Por isso, a expressão lacaniana sujeito – suposto – saber significa que o analista assume, inicialmente, o lugar de destinatário do sintoma e depois, mais adiante, o de causa dele” (Nasio, 1999, p. 16).

O pivô sujeito suposto saber sofre uma transformação ao longo do processo de análise; o analista, ao encarnar um saber suposto a ele — que não se trata de nada além de um lugar — possibilita uma operação relativa ao saber.

A afirmação lacaniana serve como definição do processo psicanalítico como uma passagem do sujeito suposto saber (a transferência) ao sujeito suposto desejar (o sujeito depois da transferência). Ou seja, saber e desejar encontram-se em uma relação de negação ou oposição. O ato analítico é considerado uma condição para que haja um analista, “o menor desconhecimento do que diz respeito ao ato analítico acarreta (...) negação da posição analítica” (Lacan, 1967, p. 72). Essa condição deve-se justamente à mudança na posição subjetiva que o ato analítico promove. A análise deve provocar uma mudança na posição subjetiva; caso contrário, não chegará a haver um analista.

O ato psicanalítico como indicador dessa transformação (queda do sujeito suposto saber) — e conseqüente mudança na posição subjetiva — será então investigado a fim de responder aos objetivos dessa pesquisa, pois também é uma operação responsável pela mudança em relação ao saber para o sujeito.

Segundo Lacan, a mudança de posição subjetiva relaciona-se ao objeto *a*, o qual afirma que está no início do ato. “O objeto perdido inicial de toda a gênese analítica, esse que Freud martela em toda época de seu nascimento do inconsciente, ele está aí, esse objeto perdido, causa do desejo. Teremos que vê-lo como no princípio do ato” (Lacan, 1967, p. 85). Tal objeto, fundamental à constituição subjetiva, deverá aparecer como resto da operação analítica — aspecto crucial do ato analítico, o qual consiste também em promover a queda do sujeito suposto saber.

O final da análise consiste na queda do *sujeito suposto saber* e sua redução ao advento desse objeto *a*, como causa da divisão do sujeito que vem em seu lugar. Aquele que, fantasmaticamente, como psicanalisante, joga a partida a respeito do *sujeito suposto saber*, a saber: o analista, é este aí o analista, que vem, ao termo da análise, a suportar não ser nada mais que este resto. Esse resto da coisa caída, que se chama o objeto *a*. É ao redor disso que deve incidir nossa questão. (Lacan, 1967, p. 85)

Nota-se que Lacan considera que nesse momento de uma análise ocorre uma mudança crucial na posição subjetiva, pois o *sujeito suposto saber* relacionado à posição do sujeito é transformado através do ato analítico.

O sujeito suposto saber não deveria ser identificado com a fantasia que o analisante por vezes constrói acerca da infinita sabedoria e potência de seu analista. É uma operação lógica de transporte que faz supor um sujeito ao saber que se produz pela associação livre. É isso o que se aponta com a ideia de que *um significante representa um sujeito para outro significante*.

$$\frac{S1}{\$} \rightarrow S2$$

O primeiro significante está no lugar do *posto*, o sujeito no lugar do *suposto* e o saber no lugar do *pós-posto*. (Dunker, 2009, p. 341)

Desse modo, ressalta-se que o sujeito suposto saber trata-se de um operador, através do qual o analista encarnado pela transferência pode operar. Se a análise visa a uma transformação relativa ao saber, é no ato analítico que se encontrará essa transformação. A citação acima parece indicar que é em um tempo posterior, *pós-posto*, que se dá tal mudança.

Lacan afirma que “o ato psicanalítico (...) se trata de algo como uma conversão na posição que resulta do sujeito quanto a sua relação com o saber” (Lacan, 1967, p.

28). Sendo esse um ponto tão crucial, é importante de ser investigado, pois tal queda do *sujeito suposto saber* é afirmada enquanto responsável por uma nova articulação do sujeito com o saber, o que pode contribuir para a compreensão do saber derivado da análise pessoal. Em que medida essa nova articulação permite então se posicionar diferentemente, ou seja, como analista?

Ao investigar sobre a práxis, estamos às voltas com a ação analítica, com o fazer do psicanalista. Soler destaca esta tripla relação da suposição de saber atribuída ao analista (*sujeito suposto saber*):

Na relação analítica, a significação do sujeito-suposto-saber é em posição terceira entre o analisante e o analista. (...) a partir do momento em que nos dirigimos a um intérprete — essa é a primeira e essencial definição do analista (...) que se supõe que vai lhe dizer ou ajudar a fazer aparecer os significantes que são seus, mas que você desconhecia, desde que você se dirige a esse intérprete, você supõe que esses significantes estavam no inconsciente — daí a expressão: o inconsciente é um saber — e também que você é sujeito dele. (Soler, 2013, p. 72)

Destacamos desse trecho a relação com o saber. O analista, em um primeiro momento de uma análise, é colocado enquanto esse *sujeito suposto saber*. Ao interpretar, ele diz algo para o analisante que este não sabia sobre si, fazendo com que perceba seu analista como sabendo algo sobre ele. Logo, o saber em questão é o do analisante; um saber que ele desconhece, mas, no entanto, em um primeiro momento atribuído ao analista. Esse é um movimento frequente por alguém que procura uma análise: a atribuição ao analista de um saber sobre seu sofrimento para, assim, buscar aplacá-lo.

Esse pode ser compreendido como um momento da transferência em que o analista encarna um lugar de saber para o analisante, desde que o mesmo saiba dessa condição. O analista não pode confundir tal atribuição de saber com um lugar de saber, ponto crucial no que diz respeito à práxis, ao saber do analista que deve direcionar a análise para o segundo momento que está relacionada ao ato analítico.

Lacan afirma, referindo-se aos analistas, que “nós somos supostos saber não grandes coisas. O que a análise instaura é justamente o contrário. O analista diz àquele que está para começar — *Vamos lá, diga qualquer coisa, vai ser maravilhoso*. É ele que o analista institui como sujeito suposto saber” (Lacan, 1969 / 1992, p. 54). Destaca-se aqui ainda uma inflexão possível da ideia de suposição, ou seja, a de conjectura, ficção ou aposta, na qual o psicanalista engaja ou encoraja o analisante a ingressar.

Se não se trata do saber atribuído pelo analisante ao analista, pois o analista não sabe sobre seus analisantes — no sentido de que ele não os toma como objeto de um discurso ou conhecimento —, não é por isso que ele não deve saber nada, ou deve se colocar como um ignorante. Muito pelo contrário, o analista deve saber direcionar uma análise. Ressalta-se, assim, que o saber do analista não é unicamente sobre o funcionamento psíquico, é também sobre o funcionamento de uma análise, sua direção, sua política, sua estratégia, sua tática:

Lacan afirmou que a psicanálise não é uma ciência, mas uma prática. Ou seja, a clínica, seja ela qual for, médica, psicanalítica, psicológica ou psiquiátrica, jamais foi e jamais será uma ciência. Isso não significa que seus procedimentos e seus fundamentos não nos remetam a modalidades de ciência. Mas assim como anatomia não é medicina e genética não é clínica, a psicanálise não é uma ciência. (Dunker, 2013, p. 2)

Tomando a vertente de que a psicanálise é uma prática, o analista deve então saber operar uma análise. Diante disso, torna-se imprescindível para essa investigação se aprofundar na relação da queda do *sujeito suposto saber* enquanto operação analítica que possibilita o *advento, apropriação, invenção* por parte do analisante em sua passagem a analista do saber, ora articulado no *sujeito suposto saber*, o qual se referirá à práxis.

Em relação a esse aspecto assevera-se a imprescindibilidade da relação entre o saber do analista e o inconsciente, bem como um aspecto singular presente nesse saber. Constata-se na obra de Lacan uma oscilação ou um jogo de equivocação sobre o que exatamente está suposto nessa expressão tripla: o sujeito ou o saber. Na maior parte das vezes trata-se do sujeito que é suposto, mas, em outras — como por exemplo, quando ele fala em fracasso (*méprise*) do sujeito suposto saber —, parece tratar-se do saber. Essa indeterminação reitera nosso problema de base que é a ligação do inconsciente, por um lado, com o saber (*Wissen*), e, por outro, com o sujeito.

Outro direcionamento dessa pesquisa refere-se à dimensão da verdade; tal como anteriormente Lacan, em seu *Seminário II*, destacou, a operação analítica não pode esquecer-se da *dimensão da verdade*. Já em seu *Seminário XVII* ele afirma que “o que se espera de um psicanalista é (...) que faça funcionar seu saber em termos de verdade” (Lacan, 1969/1992, p. 54). Assim, “verdade” — enquanto um conceito lacaniano — também será investigado a fim de lançar luz a respeito de uma posição, lugar do analista que possibilita um *saber em termos de verdade*.

III. Saber e verdade

Lacan, em sua análise do *Mênon* — já no *Seminário II* —, pontua que a dimensão de erro no saber consiste em esquecer a verdade em sua forma nascente; bem como que a dimensão da verdade, por si só, não possibilita que seja generalizada em um saber universal: “nenhuma espécie de verdade pode ser deslindada sob a forma de um saber generalizável e sempre verdadeiro” (Lacan, 1955/1987, p. 31).

Seria, então, a dimensão da verdade presente no saber do analista, uma vez que este tem que colocar seu saber no lugar da verdade, o que leva à impossibilidade de ser um saber que pode ser totalizado? Seria esse o aspecto que o qualificaria como um saber não todo?

Badiou destaca essa relação entre saber e verdade apontando para a verdade enquanto o que demarca um furo no saber. “Para Lacan, o que funda a verdade é o Outro como um buraco no saber. Assim, ele declara em 8 de maio de 1973: “Há um buraco, e esse buraco se chama o Outro; o Outro enquanto lugar onde a palavra, por ser depositada, funda a verdade”” (Badiou, 1994, p. 60). Tal comentário nos parece indicar uma afirmação à hipótese levantada de que a dimensão da verdade presente no saber do analista é uma das causas de o saber da psicanálise ser um saber não-todo.

Em seu *Seminário XV*, Lacan afirma que o ato psicanalítico evoca a verdade: “o psicanalista é suposto ter chegado a esse ponto em que, por mais reduzido que seja, se produziu para ele esse término que comporta a evocação da verdade” (Lacan, 1967, p. 65). Tal evocação da verdade é importante de ser investigada, pois se apresenta

enquanto responsável por uma mudança que torna o analisante capaz de ocupar o lugar de analista. Além disso, tal lugar está intimamente relacionado com a verdade, pois depende de o analista *saber funcionar seu saber em termos de verdade*.

Lacan afirma que “essa verdade é a que interrogamos no inconsciente como falha criadora do saber e ponto-origem do desejo de saber. Esse saber está como que condenado a nunca ser senão o correlato dessa falha” (Lacan, 1968/2008, p. 267).

A partir desse trecho, pode-se inferir que o saber que a psicanálise trata aponta para uma falha, uma ausência. *Tal ausência se dá, pois o significante não consegue nomear o sujeito como sexuado*. Desse modo, o saber da psicanálise — ao sustentar a dimensão da verdade — determina uma falha na dimensão do saber, um saber falho, diferencia-se do saber enquanto acúmulo de saber. Brodsky destaca que é o plano da sexualidade que faz falha no saber e condena a verdade a ser sempre meia-verdade.

Lacan jamais abandonará a ideia do que falha no saber, do saber que não tem um significante, do que não se escreve, da verdade que não consegue nomear o sujeito como sexuado. Situa, assim, o plano da sexualidade como aquele que faz falhar o saber e que condena a verdade a ser sempre uma meia-verdade. (Brodsky, 2004, p. 38)

A verdade é um tema que já está em Freud. As formações do inconsciente (sonhos, chistes, atos falhos e sintomas) trazem à tona, no discurso do analisante, a verdade do sujeito. Tavares (2012) ressalta tal aspecto, assinalando que:

Freud demonstrou, em *Psicopatologia da Vida Cotidiana*, que os nossos atos falhos, apesar de assim serem percebidos, são na verdade bem sucedidos do ponto de vista de nosso desejo. “Nossas palavras que tropeçam são palavras que confessam. Eles (os atos falhos), elas (as palavras) revelam uma verdade de detrás” (LACAN, 1953-54, p. 302).

Se “minto que *eu* falo” digo a verdade quando *me engano*. Eis nesta última frase, a equívocidade operando. (Tavares, 2012, p. 213)

Desse trecho pode-se destacar que o analista trabalha justamente com essa *verdade de detrás*. A psicanálise, ao apontar a existência do inconsciente, de que há algo recalcado de que não se sabe, assinala uma verdade diante da operação do recalque. As formações do inconsciente são manifestações do sujeito do inconsciente, sujeito que aparece entre dois: “Lacan sempre situou o sujeito como um efeito, ligando-o a um “entre-dois”, um efeito da cadeia significativa (...). Se há algo que define o sujeito, isso é a indeterminação, a falta-a-ser” (Brodsky, 2004, p.46).

Lacan destaca que as formações do inconsciente possuem um ponto cego, um furo; e que nem mesmo a interpretação ou as construções em análise podem dar conta desse furo, por isso a verdade está condenada a ser o correlato dessa falha e ser sempre semi-dita — é um dito que aparece, mas sobre o qual nada podemos saber.

(...) sabemos que, em algum lugar, nesse lugar que chamamos de inconsciente, enuncia-se uma verdade que tem a propriedade de nada podermos saber dela. Esse próprio fato constitui um saber. Assim, escrevi que *saber* sobre a função de *verdade – menos – saber* deve dar-nos a *verdade* sobre o *saber*. (Lacan, 1968/2008, p. 198)

Nesse momento de seu ensino, nota-se que Lacan procura delimitar um saber a partir da relação com uma verdade da qual nada podemos saber. A verdade surge aqui como um estado negativo máximo do saber, sugerindo que — mesmo assim — esse nada sabido pode funcionar como evento ou acontecimento na análise. “Em outras palavras, existe um saber que diz: *Há em algum lugar uma verdade que não se sabe*, e é ela que se articula no nível do inconsciente. É aí que devemos encontrar a verdade sobre

o saber” (Lacan, 1968/2008, p. 194). A que responderia essa verdade sobre o saber? Essa seria, então, uma verdade suposta? E se a verdade nos foi definida como um estado do saber, seria esse um dos momentos da transferência?

Em seu *Seminário XVII* Lacan aborda que o analista deve estar nesse lugar da verdade enquanto um saber, sendo essa sua formulação sobre a interpretação: “O que é a verdade como saber? Seria o caso de dizê-lo: — Como saber sem saber? (...) Um saber como verdade — isto define o que deve ser a estrutura do que se chama uma interpretação” (Lacan, 1969/1992, p. 36). Desse trecho destaca-se a importância de tomar o discurso do psicanalista enquanto o que pode esclarecer essa afirmação, uma vez que indica os lugares que esses termos devem ocupar. Assim, faz-se necessário abordar a fórmula do discurso do psicanalista.

Tomaremos a princípio o *Seminário XV - O ato Psicanalítico*, pois:

O ato psicanalítico consiste essencialmente nesse tipo de efeito de sujeito que opera ao distribuidor, por assim dizer, o que constituirá o suporte, a saber: o sujeito dividido, o S barrado, à medida que está aí a aquisição do efeito de sujeito ao final da tarefa psicanalisante, *é a verdade que, qualquer que ele seja e seja qual for o pretexto pelo qual ele se tenha engajado, é conquistada pelo sujeito*. (Lacan, 1967, p. 218; grifo nosso).

Desse modo, o ato analítico responde à aquisição de uma verdade pelo sujeito — transformação que parece indicar a relação com a posição subjetiva posterior ao ato analítico que possibilitará a sustentação do saber da psicanálise. Logo, nos interessa aprofundar a respeito do que seria a evocação da verdade enquanto operação analítica e do que seriam os seus efeitos em relação ao saber. Vimos que a verdade possui uma correlação direta com o saber em psicanálise, pois implica uma falha no saber; o saber

da psicanálise é, portanto, falho — pois deve sustentar a dimensão da verdade. A verdade é justamente um ponto em que não há um significante — por não ser possível nomear o sujeito enquanto sexuado —, e é nesta falha que é possível o ato que rompe com a repetição.

Investigar o sujeito suposto saber e a operação de queda deste no ato analítico nos levou à evocação da verdade, a qual é conquistada pelo sujeito ao final do ato analítico. O objeto *a*, tal como aponta Lacan, está no princípio do ato; assim, há uma relação entre saber, verdade e objeto *a* que é importante de ser abordada para delimitar os movimentos do conceito de saber em Lacan.

IV. Saber e objeto *a*

Na operação do ato analítico haverá a evocação da verdade e poderá então, advir um psicanalista, pois haverá uma aquisição de um *efeito de sujeito*. Lacan ressalta que “é ao final de uma experiência de divisão do sujeito que algo que se chama o psicanalista pode se instaurar” (Lacan, 1967, p. 220). Desse modo, ele assevera não só que a análise pessoal é uma condição para a formação do psicanalista, mas que este depende dessa operação para que venha a se instalar.

A análise tem seu início a partir de um ponto pivô, que é o desejo de saber — saber sobre o sintoma, saber sobre o que não vai bem. O sujeito supõe que, através do saber do analista, poderá aliviar seu sofrimento. “É como idêntico ao objeto *a*, quer dizer, a isso que se apresenta ao sujeito como a causa do desejo, que o analista se oferece como ponto de mira para essa operação insensata, uma psicanálise, na medida em que ela envereda pelos rastros do *desejo de saber*” (Lacan, 1969/1992, p. 112; grifo nosso).

O psicanalista deve se colocar como a causa desse desejo, enquanto objeto *a*, para que o ato analítico possa ocorrer. O desejo de saber coloca justamente em cena o que deve aparecer como resto ao final de uma operação analítica — que é objeto *a*, pois o desejo se organiza em torno do objeto *a*, causa do desejo. Através da análise esse objeto deverá sofrer uma queda; aqui o saber não aparece ligado à suposição, mas como resíduo de uma operação.

Para tanto, tomaremos algumas considerações do trabalho de Kupfer (1990), que se faz interessante por tratar desse tema. Ela apontará que desejo de saber reúne dois termos importantes para o pensamento psicanalítico. Tanto *desejo*, quanto *saber* são noções trabalhadas por Freud e por Lacan. Ela ressalta que “o desejo, para Freud, consiste nesse movimento cujo modelo é a primeira experiência de satisfação. Todo ele é voltado para a sua reconstituição, para aquele momento, praticamente mítico (...), momento em que não houve a intermediação da demanda” (Kupfer, 1990, p. 79). Para Freud, o desejo refere-se a um movimento diante da necessidade; em que a criança busca reencontrar uma primeira satisfação ora obtida através de um objeto.

Assim, é em torno de uma marca mnésica, dessa primeira satisfação, que o desejo se constituirá; ele é um impulso psíquico em busca dessa primeira satisfação. “Portanto, o que caracteriza o desejo para Freud é esse impulso para reproduzir alucinatoriamente uma satisfação original, isto é, um retorno a algo que já não é mais, a um objeto perdido cuja presença é marcada pela falta” (Garcia-Roza, 2009/1984, p. 145). Tal busca repete-se constantemente em torno desse objeto, porém nunca se realiza; há sempre um fracasso presente nesse encontro, um encontro sempre faltoso.

Freud não utiliza o termo “demanda” para tratar do desejo ou dos pedidos que a criança endereça ao outro. É Lacan quem situará a demanda enquanto ordenadora do desejo; este se ordenará a partir das demandas que o sujeito dirige ao Outro em busca dessa primeira experiência de satisfação. A criança, ao demandar, depara-se com a perda, pois, na busca daquela satisfação original perdida, defronta-se com a impossibilidade de reviver aquela mesma experiência.

Através das sucessivas demandas, o desejo se organiza, se estrutura, como desejo de um objeto impossível, objeto que, imaginariamente, as demandas buscam e pensam encontrar. Mas a impossibilidade desse encontro fará com que o desejo se mantenha sempre em busca de um objeto eternamente faltante. Esse objeto é, em última análise, a causa do desejo, ou seja, aquilo que o fez nascer. (Kupfer, 1990, p. 82)

O objeto causa do desejo será, posteriormente, na obra de Lacan denominado objeto *a*. Este então está presente no início de uma análise e deverá estar — enquanto resto — presente ao final desta. Nota-se que o desejo de saber (*Wissentrieb*) está relacionado ao objeto *a*, que põe em cena uma falta constitutiva do sujeito. É em torno dessa falta, dessa impossibilidade que será constituído o desejo do sujeito.

A curiosidade da criança, seu interesse por saber sobre as coisas, inicia-se devido a um fracasso das primeiras investigações infantis que giram em torno da problemática da sexualidade. Freud, em seu texto sobre *As teorias sexuais infantis*, afirma que:

O obstáculo que impede que ela descubra a existência de uma cavidade que acolhe o pênis é a sua própria teoria de que a mãe possui um pênis, como um homem. Não é difícil concluir que o malogro de seus esforços intelectuais o faz rejeitá-los e esquecê-los. Essas hesitações e dúvidas tornam-se, entretanto, o protótipo de todo o seu trabalho intelectual posterior aplicado à solução de problemas, tendo esse primeiro fracasso um efeito cerceante sobre todo o futuro da criança. (Freud, 1908/1996, p. 117)

Tal fracasso em sua teoria de que a mãe possuía um pênis, deparar-se com a castração da mãe, é fundamental e estruturante para o sujeito. A criança descobre a diferença sexual; a partir disso ela vê que se enganou ao ter acreditado na premissa universal do falo. Até então ela acreditava que todos possuíam um pênis e a castração demarca que uns tem e outro não tem. Observemos que esse teorizar da criança é uma

forma de saber, uma maneira de articular um saber sobre a falta e também uma experiência de reconhecimento da falta de saber. Reencontramos aqui essa espécie de dialética entre o saber como negação, a negação do saber e o saber sobre o negativo (ausente).

A castração fundamental, segundo Lacan, é a da mãe; no limite, a do Outro: é a criança deparar-se com um Outro faltoso. A instauração da falta é realizada na constituição subjetiva mediante a perda do objeto.

[O] objeto só é abandonado após ficar provado que está realmente perdido. Significa que no momento em que se faz evidente é que o objeto se torna faltante, (...) que a pulsão se põe a elaborar uma estratégia destinada a substituí-lo. Esta operação, por sua vez, coincide com o que representa, na dimensão simbólica, a elaboração do “objeto perdido”. Porque sabemos que essa perda é o ponto central, nevralgico, dessa elaboração, que recebe o nome de complexo de Édipo. Isso se partirmos do princípio de que “Édipo” é o nome freudiano para a elaboração da castração, sendo a “castração” um dos nomes da “perda de objeto”. (Cabas, 2009, p. 70)

A partir desse trecho destaca-se a correlação entre a perda do objeto e a castração; esse é um ponto central na constituição subjetiva. O sujeito é consequência da perda do objeto, ele “depende desta causa que o faz dividido e que se chama objeto a. (...) [ele] não é causa de si, (...) é consequência da perda e (...) seria preciso que ele se colocasse na consequência da perda, a que constitui o objeto a, para saber o que lhe falta” (Lacan, 1967, p. 84). Aqui há a indicação de um movimento importante do sujeito em relação à falta: não se trata apenas da perda do objeto, mas de — em um segundo momento — ir em direção ao objeto *a* para saber o que falta.

Há uma relação do objeto *a*, do saber com a falta, que será abordada mais a frente. Tal objeto implica uma organização pulsional e do desejo em torno desse objeto. O desejo de saber, esclarece Kupfer, depende da posição da criança perante a castração:

Freud sempre designou, prossegue Clavreul, como núcleo verdadeiro do complexo de castração, a aquisição do saber sobre esta ausência. De modo que, além da ameaça de que este descobrimento é virtualmente portador, há outra coisa referente a um descobrimento sobre o mesmo saber: ou seja, que o saber é enganoso. (Kupfer, 1990, p. 86)

O engano em relação à premissa universal do falo instaura um saber falho. O engano é outra das figuras negativas do saber. A partir disso se inscreve tanto um saber que engana quanto um desejo de saber. O equívoco com relação à teoria da premissa universal do falo faz a criança buscar saber — tanto porque houve uma falha quanto porque esse saber fica recalcado —, pois ela não quer saber sobre a falha. Lacan afirma que o ponto crucial em relação ao desejo de saber é que ele é um saber falho, a criança percebe que havia uma falha em seu saber:

O ponto-origem, a ser entendido não geneticamente, mas estruturalmente, quando se trata de compreender o inconsciente, é o ponto nodal de um saber falho. É daí que nasce o desejo, e sob a forma do que pode assim ser chamado de desejo de saber, desde que ponhamos estas duas últimas palavras numa espécie de parêntese, pois se trata do desejo inconsciente puro e simples, em sua estrutura. (Lacan, 1968/2008, p. 265)

Tal passagem, explicada por Freud, de que é a partir dessa curiosidade sexual e consequente fracasso em suas investigações que a criança se interessa pelo mundo será asseverada por Lacan como fundamental à constituição do saber inconsciente. Ele reitera a afirmação freudiana de que há uma junção entre o saber e a curiosidade sexual.

“O ponto essencial da descoberta psicanalítica é o passo decisivo dado por Freud ao revelar a relação entre a curiosidade sexual e toda a ordem do saber” (Lacan, 1968/2008, p. 312).

Encontramos, assim, uma espécie de homologia entre a dialética da sexualidade e a dialética do saber. Posteriormente ao surgimento do desejo de saber, o saber que é fruto da constatação da castração, recalçado, emerge como um não querer saber sobre isso. Assim, é o saber inconsciente um saber que não se sabe, porque foi recalçado. Tal saber nos interessa em sua constituição para aprofundarmos a relação deste com o saber da práxis psicanalítica.

O sexual pode ser recalçado justamente porque não se quer saber sobre a falta, sobre a perda. A partir desse fator, o sujeito organiza uma defesa contra a castração, envolvendo modos de lidar com essa divisão do sujeito que ela traz consigo; mas organiza também um processo de transformação ou de construção de um saber sobre a falta, chamado de inconsciente. É dessa articulação do saber ao sujeito que se estruturarão a neurose, a perversão e a psicose. Os mecanismos serão o recalque, o desmentido e a forclusão, respectivamente.

Constata-se que a castração é também uma operação relativa ao saber. É o que possibilita que a criança se coloque como ignorante, não sabia de algo— e, dessa maneira, ela procura saber —; mas tal saber é recalçado, quando não proibido e, até mesmo, impossível. A criança “não quer saber que estava enganada a respeito da premissa universal do pênis. E o mais importante é que o saber se vê freado, impedido,

recalcado porque desejava saber sobre um objeto que a pulsão não pode determinar qual seja” (Kupfer, 1990, p. 89).

Desse modo, para que haja uma busca por um saber que se volte ao exterior, ao mundo externo, é necessário que essa busca seja, em alguma medida, análoga a um saber sobre a diferença sexual, ou à procriação — tal como aponta Freud. Se essa operação fracassa, há organizações de saber (organizações pulsionais) que permanecem interditas. É justamente esse fracasso que move o desejo de saber que se desloca para um saber sobre outras coisas.

Essa consideração a respeito do saber recalcado, a constituição do saber inconsciente se faz importante por ser esse o saber que Lacan afirma interessar à psicanálise. É um saber que aponta para o horizonte do sexual:

O saber que nos preocupa, em certa medida é este apontado por Freud que fica censurado. Tal saber, que provém da verdade sobre o saber, aponta para o horizonte do sexual, pois é justamente a partir disso que o sujeito deseja saber, mas este saber fica censurado. Onde quer que estejamos, onde quer que funcionemos pela função do saber estamos no horizonte do sexual. (Lacan, 1968/2008, p. 202)

A partir desse trecho, há uma indicação a respeito da hipótese levantada anteriormente sobre a relação com o saber inconsciente e com a castração. É a partir de uma organização sobre a falta que se dá um saber denominado, também, inconsciente. Além disso, destaca-se que o saber em relação à falta provém da verdade sobre o saber. “O desejo de saber, quando se trata de psicanálise, conduz de fato a um saber que faz horror, pois ele tem a ver com a castração” (Manonni, 1989, p. 90).

Assim, vimos a relação da instauração da falta (castração) no sujeito enquanto operação que estrutura o objeto *a* que delimita um vazio. Tal delimitação leva a uma busca pelo sujeito em torno desse objeto que nunca é concretizada — pela impossibilidade de ele se deparar com esse objeto eternamente faltante. Desse modo, vimos que o objeto *a* marca uma relação do saber com a falta e que o saber inconsciente se estrutura enquanto um saber falho, saber recalcado, que não se quer saber justamente por ser enganoso, falho.

Essa falha se relaciona com a castração, a qual também se refere à ausência de um significante que possa nomear o sujeito enquanto sexuado. Assinalamos também a relação do saber com o inconsciente. Lacan afirma que, “*quando se trata de compreender o inconsciente*”, o que está em jogo é “*o ponto nodal de um saber falho*”. Assim, o saber da psicanálise é falho, pois está em relação com o sexual, com a castração. Assinalamos primeiramente que o sexual aparece em relação ao saber, por não existir um significante que possa nomear, representar a sexualidade. Posteriormente, ao tratarmos da castração, destacamos que esta presentifica uma falha à qual o sujeito tem horror; logo, o sujeito também nada quer saber desse saber, pois este coloca em evidência a castração, ficando assim o saber inacessível ao sujeito.

V - Saber e falta

A falta é um operador importante no processo de constituição subjetiva, bem como está relacionada ao saber em psicanálise. Além de demarcar o saber da psicanálise enquanto falho, a falta está em relação com o sujeito e em relação com o objeto *a*. No processo de constituição subjetiva, o sujeito precisa ir em direção ao objeto *a* para saber o que lhe falta e para poder responder de um lugar, que é determinado pelo objeto, enquanto um ser — pois a divisão do sujeito tem como efeito a falta-a-ser.

A primeira operação, a da alienação, cuja raiz é “o que quer dizer isso que acontece comigo?”, realiza-se em torno do sentido e tem como efeito a falta-a-ser e a perda do sentido. A segunda operação, a separação, é uma tentativa de Lacan para ver como estanca o efeito da falta-a-ser. A solução que dá em *O Seminário, livro 11* é esta: termina-se com a falta-a-ser através do objeto *a*, que propicia uma resposta: “Sou”. Para completar esse sou, deve-se pôr em jogo os objetos com os quais o sujeito imagina poder responder à pergunta “O que querem de mim?”. (Brodsky, 2004, p. 49)

O saber se relaciona com a falta, pois o sujeito procura saber responder a essa pergunta na ordem do ser, diante de sua falta-a-ser. Para tanto, ele vai em direção ao objeto *a*, e é enquanto falta, já circunscrita e delimitada, através do objeto *a* que o sujeito reencontra o seu lugar no Outro. Destaca-se tal movimento de divisão na constituição subjetiva, dada à relevância da falta para a constituição do saber do inconsciente.

A questão que resta é que, de um lado, o sujeito perdeu Ser, está assim marcado pela falta (falta em ser), e, de outro lado, se o Outro pode se apresentar também como relacionado à sua falta, o que se coloca na interseção dos campos não é mais o termo que define o sujeito no Outro, agora é falta (objeto *a*) que aparece nesse lugar. É isso

que permite Lacan dizer em Bonneval: “o sujeito reencontra no desejo do Outro sua equivalência ao que ele é como sujeito do inconsciente”. (1964b, p. 843).

É assim que, para saber o que é no desejo do Outro, o sujeito é lançado para um outro significante, S_2 , que funda sua relação com o saber inconsciente. O sujeito busca saber para saber o que é, o que pode ser. (Katz, 2011, p. 99)

Tal saber, o saber do inconsciente, nos interessa a fim de esclarecer a relação deste com o saber do psicanalista. O sujeito é, portanto, lançado para o segundo significante que funda essa relação com o inconsciente, um saber do inconsciente. O S_2 apresenta-se então como o significante associado ao saber. “Laurent chama atenção para o ponto em que, na alienação, o sujeito se identifica com um significante. Neste movimento o sujeito é representado por um significante para um outro significante ($S_1 - S_2$), mas, como condição, fica petrificado neste S_1 , que o define no campo do Outro” (Katz, 2011, p. 98).

É através da análise que tal petrificação será transformada; para tanto, o analista precisa direcionar a análise a fim de posicionar-se enquanto objeto a ; precisa suportar um vazio, pois esse é vazio — ou seja, o saber do analista relaciona-se diretamente com suportar ocupar um lugar de falta. O objetivo de situar o saber do lado do analista — que, em parte, advém da análise pessoal —inevitavelmente nos remete ao analisante, pois o objeto a está presente tanto em relação ao saber do analista — que deve saber se posicionar enquanto objeto a — quanto em relação ao analisante, pois o “final da análise consiste na queda do *sujeito suposto saber* e sua redução ao advento desse objeto a ” (Lacan, 1967, p. 85).

Assim, tratar da ejeção do objeto *a* durante um processo analítico possibilita lançar luz a respeito da transformação da posição subjetiva necessária à posição analítica — questão levantada anteriormente a respeito da imprescindibilidade da análise pessoal — para a sustentação do lugar do objeto *a* que trata de um vazio, lugar referido ao psicanalista.

Rabinovich (2000) apresenta a relação da queda do *sujeito suposto saber*, que será reduzido ao objeto *a*; com a passagem a analista; ou seja, apresenta a queda-ejeção do objeto *a* como condição para um sujeito tornar-se analista, pois assinala que tal operação proveniente do ato analítico levará à possibilidade de o analista se oferecer para ocupar o lugar de objeto *a* do analisante — possibilidade que advém da análise pessoal. Assim delimita-se a estreita relação entre a análise do analista e o saber advindo dela.

Nesse momento, o saber do psicanalista refere-se à possibilidade de sustentar um lugar para o analisante que depende da transformação ocorrida no processo analítico. A análise deve produzir uma queda do objeto *a* que não é o mesmo processo que constitui o objeto *a* para o sujeito — pois em sua constituição o que houve foi uma torção, ficando o sujeito dividido. A falta-a-ser do sujeito é transformada no processo analítico através da queda do objeto *a*, um momento de separação do objeto. “O nome clínico deste “eu não sou” do ponto de vista do sujeito é a destituição subjetiva, somente no qual este sujeito, para este suposto saber (inconsciente), nesta transferência, é destituído, ou seja, separado do objeto que o instituiu” (Dunker, 2009, p. 350). Logo, a análise —

através da operação do analista — deve promover uma separação desse objeto, a qual se refere à destituição subjetiva.

Ao modificar a estruturação do sujeito pela análise, virá a ser possível um analista ofertar um vazio ao analisante. Tal vazio é decorrente da ejeção do objeto *a* que se dá em um processo de análise. A análise pessoal destacada por Freud, enquanto imprescindível à formação do analista, possibilita que este venha a ocupar o lugar de objeto *a* do analisante:

o psicanalista deve oferecer um vazio, deixar livre o lugar do próprio desejo, que não deve estar ocupado por esse objeto que é o desejo de seu Outro particular. Deve-se oferecer um vazio para que o desejo do paciente — o desejo como objeto, o desejo do Outro — se realize enquanto desejo do Outro através desse instrumento para sua realização que é o analista enquanto tal. O desejo do analista definido como um vazio, como um lugar onde algo poderá se instalar, morar, torna evidente que o que se deve instalar ali, na prática da psicanálise, é o desejo do paciente como desejo do seu Outro, o da historicidade própria do paciente, o das circunstâncias próprias de sua vida. (Rabinovich, 2000, p. 14)

A partir dessa transformação, torna-se possível não colocar o seu desejo, singular, tal como está estruturado enquanto sujeito, mas um vazio que poderá vir a ser ocupado pelo objeto *a* do analisante. “Na medida em que consegue isso, pode definir, delimitar e deixar livre o espaço do desejo do analista, esvaziado de seu próprio desejo e de sua causação em relação ao desejo do Outro” (Rabinovich, 2000, p. 30).

Lombardi (2005) aponta essa passagem a partir da noção de destituição subjetiva, que leva à possibilidade de se posicionar enquanto analista. Tal autor aponta o efeito enquanto didático, aspecto da transmissibilidade do saber:

Se Lacan propõe a destituição subjetiva como um efeito didático, é porque ela é condição essencial para que exista o que Freud chamou de “aptidão analítica”, que exige suportar a transferência no que ela tem de não coexistência de dois sujeitos; que implica tolerar ser para o Outro um objeto, e não só tolerar, mas ainda colocar um desejo decidido... de meter-se no saber que afeta o analisante. (Lombardi, 2005, pp. 9-10; tradução nossa)

Lombardi destaca a “aptidão analítica”, que nos parece um aspecto similar ao desejo do analista, uma vez que ambos destinam-se a tolerar colocar-se para o analisante no lugar de objeto *a*. O ato analítico aparece enquanto fundamental ao saber do psicanalista, pois nele vemos a junção do vazio estrutural do objeto *a* com o vazio possibilitado pela análise. É pelo objeto *a* ser uma falta, um vazio, que o analista passa a poder ofertar esse vazio que não está mais em relação ao objeto *a* de sua constituição de sujeito — e, portanto, permite que possa vir a ser ocupado pelo objeto *a* do analisante.

Tal transformação é imprescindível e marca um momento inaugural do psicanalista que é posterior a essa operação do ato analítico:

A análise da transferência não pode ser senão a eliminação desse sujeito suposto ao saber que é ocupado aqui pelo analista. Lacan usa o termo “eliminação”, para referir-se ao que ocorre com o sujeito suposto ao saber ao final de uma análise. (...) É um lugar que realmente tem que se esvaziar. (Lied, 2013, p. 17)

O analista deve primeiramente aceitar ser um produto em relação ao analisante e como tal, ser eliminado ao final da análise. O psicanalista deve: “aceitar de antemão ser produto das cogitações do psicanalisante, (...), como tal produto, está ao final destinado à perda, à eliminação do processo“ (Lacan, 1969, p. 35). Essa eliminação do psicanalista enquanto um produto refere-se a operação da queda do objeto *a*, pois o psicanalista é

eliminado enquanto produto, tal como o objeto *a* é um produto, o que também leva à produção de saber: “A produção do saber como saber distingue-se por ser um meio de produção, e não apenas de trabalho, da verdade. É nesse sentido que o saber produz o que designo pelo nome de objeto *a*” (Lacan, 1968, p. 334).

Nesse trecho, constatamos uma importante relação entre o saber e o objeto *a*: é através do saber que se produz o objeto. Afinal, “o que a psicanálise revelou, por sua vez, e que antes não se suspeitava, é aquilo que se produz no saber, isto é, o objeto *a*” (Lacan, 1968, p. 332).

Vimos que o saber do analista — ao estar relacionado ao saber posicionar-se enquanto o objeto *a* — está diretamente ligado à falta, dado que o objeto *a* é justamente a circunscrição da falta. Esse objeto é estrutural para o sujeito e é na operação analítica que ele pode sofrer uma queda, uma ejeção que modificará o sujeito. Nota-se que, para operar um conceito referente ao saber do psicanalista — no caso de saber posicionar-se enquanto objeto *a*, definição lacaniana para o psicanalista —, é necessária uma transformação, a qual depende da análise pessoal para que ocorra.

Destaca-se que não se trata de um saber da análise distinto de um saber dos conceitos psicanalíticos, mas que é dependente da análise para que possa ser operado, pois o analista opera uma função e, para operá-la, depende que tenha passado pelo ato analítico.

VI – Operação verdade

A operação verdade está associada à queda do sujeito suposto saber e à ejeção do objeto *a*. É um momento da análise que possibilita ao sujeito deparar-se com a sua estruturação em um determinado lugar em relação ao Outro; trata-se do sujeito em sua relação com aquilo que lhe causa: é a sua própria parte enquanto objeto. Desse modo, torna-se importante nos aprofundarmos a respeito dessa operação e do conceito de verdade na obra lacaniana.

Lacan (1967, p. 69) afirma que “a verdade está no lugar do Outro, a inscrição do significante”. O final da análise, segundo ele, relaciona-se à operação da divisão subjetiva levando à aquisição de uma verdade para o sujeito. Assim, “à medida que está aí a aquisição do efeito de sujeito ao final da tarefa psicanalisante, *é a verdade que, qualquer que ele seja e seja qual for o pretexto pelo qual ele se tenha engajado, é conquistada pelo sujeito*” (Lacan, 1967, p. 218; grifo nosso).

O ato analítico é uma operação que possibilita a queda do objeto *a*, constituinte e estruturante para o sujeito; é uma operação em que há a reedição da operação da separação — o sujeito se separa da sua própria parte que o constitui —, e por isso o ato analítico está relacionado à divisão do sujeito. A verdade para Lacan refere-se a uma posição do sujeito em relação ao Outro, posição que ele ocupa enquanto objeto.

O fim da psicanálise supõe certa realização da operação da verdade, a saber, que, com efeito, se isso deve constituir esse tipo de percurso que, do sujeito instalado em seu “falso-ser” lhe faz realizar algo de um pensamento que comporta o “eu não sou”, isso não se dá sem reencontrar, como convém, em uma forma cruzada e invertida, seu lugar do mais verdadeiro, seu lugar na forma do “lá onde isso estava”, ao nível do “eu não

sou” que se encontra nesse objeto *a*, do qual me parece que fizemos bastante para lhes dar o sentido e a prática e, por outro lado, essa falta que subsiste ao nível do sujeito natural, do sujeito do conhecimento, do “falso-ser” do sujeito, essa falta que, desde sempre, se define como essência do homem e que se chama o desejo, mas que, ao fim de uma análise, se traduz por essa coisa não somente formulada, mas encarnada que se chama castração. (Lacan, 1967, p. 83)

Tal operação possibilita ao sujeito, ao final da análise, ir em direção à castração, à falta; haverá uma modificação em sua falta-a-ser, através da queda do objeto *a*. Esse processo leva a uma espécie de purificação do desejo:

forma de desejo cada vez mais separada dos objetos empíricos e das formas de identidade presas à imagem ou ao significante que os fixa ao objeto. (...) Trata-se de uma estratégia de purificação do desejo que está associada ao processo pelo qual o sujeito se realiza em sua divisão. Mais tarde, essa ideia de desejo puro será substituída pela ideia de um desejo de estabelecer a diferença pura. (Dunker, 2009, p. 344)

Rabinovich destaca que o sujeito, ao assumir sua própria causalidade, pode obter uma margem de liberdade, e não mais se manter como esse objeto de desejo para o Outro.

Ele poderá talvez se perguntar, então, “se quer o que deseja”, nessa margem de liberdade que se esboça a respeito do desejo do Outro, quando, do lado do analista, tiver se repetido essa queda, essa perda, que o constituiu como causa, como a causa que ele foi para o desejo do Outro (Rabinovich, 2000, p. 84)

Nessa operação em que se repete a perda do objeto, há uma abertura, uma margem de liberdade possível para o sujeito, pois esse movimento da análise possibilita ao sujeito deparar-se com o vazio que é o objeto *a* — o que leva a uma transformação, bem como à encarnação da castração. Do final de análise espera-se, então, que — nessa

operação em relação ao objeto *a* — haja uma modificação na posição subjetiva, pois há uma transformação relacionada ao ser, ao “pseudo-ser”:

O fundamento do conceito de final de análise é essa articulação muito precisa entre falta, perda e causa, onde deve ficar claro o que se perde. É o próprio sujeito no seu “pseudo-ser” de *a* que se perde para tornar causa. Não se trata, portanto, da perda do Outro enquanto objeto do seu desejo, pois o Outro em seu caráter de meta do desejo é o Outro desejante, é a própria falha que atravessa e nada além disso. (Rabinovich, 2000, p. 84)

Essa associação entre objeto *a* e “pseudo-ser” assinala que a queda do objeto *a* opera uma transformação na relação com o ser, pois o ser se dá enquanto falso ser — o que significa que não há essência do sujeito, ele é vazio, mas está articulado aos efeitos de linguagem que o constitui. Nesse sentido, a psicanálise opera com os efeitos do significante:

A primeira possibilidade no trajeto de redução do suposto saber ao objeto *a* diz respeito às formas de ato pelas quais o sujeito escolhe a alienação. Se a primeira alienação era constitutiva ao modo de ser do sujeito, a *re-escolha* [grifo nosso] não será um retorno ao estado anterior. Deverá ser um retorno que nega o trajeto realizado. Isso pode ser feito de duas maneiras: o *acting out* e a passagem ao ato. (...) Encontramos aqui ecos da tradição da conversão como retorno a e como fundação de uma nova ordem de ser no sujeito. Há varias afirmações de Lacan que soam muito próximas dessa ideia de que uma análise introduz uma espécie de novo início radical para a vida de um sujeito: o clarão fulgurante do final de análise, a beatitude transcendente, a santidade dos analistas (*Saint-thome*). (Dunker, 2011, p. 347)

Desse trecho, destaca-se que o ato analítico — ao tratar da operação de divisão subjetiva — possibilita um novo começo para o sujeito. Tal aspecto se relaciona com a questão anteriormente levantada de haver um antes e um depois, ou seja, uma marca de

um novo início para o sujeito. “Se o início da análise é um ato do analista, o fim da análise é um ato do analisante. Ato de passagem de analisante a analista. Ele também marca “a determinação de um começo”” (Dunker, 2009, p. 348). Tal operação, que evoca a verdade, remete-se à alienação primordial, alienação ao significante, pois — tal como Lacan afirma — a verdade está no lugar do Outro: “façam o que fizerem, vocês, de algum modo, são sempre sujeitos, ou seja, supostos no que se passa de um significante a outro. O significante, é ele o senhor do jogo, e vocês não são mais do que o suposto, em relação a alguma coisa que é outra, para não dizer o Outro.” (Lacan, 1972, p. 96).

Inevitavelmente, ao tratarmos da divisão subjetiva iremos nos deparar com o efeito do qual o sujeito é feito. Lacan afirma que: “a característica do sujeito do inconsciente é de estar, sob o significante que desenvolve suas redes, suas cadeias e sua história, num lugar indeterminado” (Lacan, 1964, p. 204). Assim, ele ressalta que o sujeito sucumbe ao significante que emerge do campo do Outro, pois “o sujeito aparece primeiro no Outro, no que o primeiro significante, o significante unário surge no campo do Outro, e no que ele representa o sujeito para um outro significante, o qual outro significante tem por efeito a afânise do sujeito” (Lacan, 1964, p. 213). O Outro é, então, “o lugar de sua causa significante” (Lacan, 1960, p. 855), e o sujeito é esse efeito de afânise, de perda.

O sujeito, então, é vazio, ele é efeito de linguagem — era um nada e se sustenta pelo efeito de significante. Lacan afirma que, “tendo surgido o S_1 , primeiro tempo, repete-se junto o S_2 . Desse estabelecimento de relação surge o sujeito que algo representa, uma certa perda” (Lacan, 1969, p. 17).

Não se fala, então, como sujeito. “Isso” [Ça] fala dele e é aí que se apreende, ainda mais quanto antes que, pelo simples fato de que “isso” se dirija a ele, ele desaparecesse como sujeito sob o significante no qual se transforma, não era absolutamente nada. Mas esse nada se sustenta graças a seu advento, agora produzido pelo apelo, feito no Outro, ao segundo significante. Efeito de linguagem por nascer dessa cisão original, o sujeito traduz uma sincronia significativa nessa pulsação temporal primordial que é o *fading*, constituinte de sua identificação. Esse é o primeiro movimento. (Lacan, apud Rabinovich, 2000, p. 101)

No tempo da alienação, ocorre “uma operação que se dá em relação ao significante que reduz o sujeito a não ser mais do que um significante, petrifica-o pelo mesmo movimento que o leva a falar como sujeito” (Lacan, 1964, p. 203). Tal petrificação se deve ao fato de que o sujeito desaparece sob o efeito do significante; ele fica petrificado, para poder falar como sujeito — é essa petrificação que será modificada ao final de análise.

A operação de constituição subjetiva é feita em dois tempos e são dois os significantes aos quais o sujeito está articulado: “S₁, o primeiro significante, designa o sujeito, mas não lhe dá sentido nenhum, designa seu ser. O segundo significante lhe outorga sentido e, ao fazer isso, apaga o ser, produzindo a afânise, ou o *fading* do sujeito, identificada com o recalque primário freudiano” (Rabinovich, 2000, p. 102).

É nessa constituição que é imprescindível ao sujeito que a psicanálise opera; trabalhando com significantes, possibilita modificar o que foi feito pelo significante. Uma vez que o sujeito é definido como o S₁ apagado sob o S₂, constituído enquanto recorte de uma falta a partir do primeiro significante e apagado sob o sentido, é a partir disso que é possível trabalhar analiticamente e transformar o sujeito — permitindo uma liberdade possível ao movê-lo de sua petrificação significativa.

O sujeito fica fixado em uma posição, um lugar, sendo possível uma mudança na posição subjetiva, quando ocorre a queda do objeto *a*. É essa reedição da operação de separação — a queda do objeto *a* — que vai possibilitar uma transformação nessa petrificação do sujeito em relação ao significante.

Lacan destaca que “o que é essencial, é que o sujeito veja, para além dessa significação, a qual significante — não senso, irreduzível, traumático — ele está, como sujeito, assujeitado” (Lacan, 1964, p. 243). A operação verdade, ao levar a queda do objeto *a*, possibilitará tal transformação.

A operação verdade trata de posicionar o saber no lugar da verdade — operação que se dá no discurso do analista. Esse discurso, ao sustentar o saber no lugar da verdade irá colocar a dimensão da verdade para o sujeito. Isso significa uma modalidade discursiva (discurso do analista) em que o S_2 (saber) ocupa o lugar da verdade no discurso.



É nesse discurso, quando o saber está no lugar da verdade, que haverá a reedição da operação de separação e a queda do objeto *a*. “Reencontramos aqui o analista como

agente do ato-discurso e o analisante como sujeito. O significante mestre no lugar da produção engloba a anteriormente chamada operação de alienação. O significante saber no lugar da verdade reedita a operação de separação” (Dunker, 2009, p. 351). Dessa fórmula, cabe destacar a relação do S_1 referente à operação da alienação com o lugar da produção, uma vez que nos interessa a transformação da petrificação do sujeito em relação ao significante, o que será posteriormente no ensino lacaniano apontado uma possibilidade para tal transformação, a partir da produção de significantes novos.

No entanto, nesse momento, iremos examinar os efeitos da operação verdade que situa o S_2 no lugar da verdade, referida no discurso do analista. Tal operação trata de que os efeitos de linguagem sobre o sujeito possam sofrer algum tipo de modificação; sua posição frente ao desejo do Outro também sofre algum tipo de abalo e, a partir disso, tal operação se reportará ao vazio do sujeito — um sujeito enquanto efeito e suposto a um saber. Evidencia-se o sujeito sem substância: por definição, um significante é aquilo que representa um sujeito para outro significante; portanto trata-se de um sujeito que é suposto.

Assim, podemos dizer, uma vez mais, que a dimensão de “verdade” do sujeito surgirá — na Psicanálise — como efeito nas formações do inconsciente; mais, estas indicam um sujeito produzido como efeito. Um sujeito do inconsciente sem substância, que emerge em análise, enquanto saber suposto sobre o ser do sujeito. (César, 2009, p. 151)

O sujeito, enquanto vazio, é efeito de significante e está suposição implica também em um saber ao qual o sujeito é suposto:

Isto se estabelece primeiro nesse momento em que S_1 vem representar alguma coisa por sua intervenção no campo definido, no ponto em que estamos, como o campo já

estruturado de um saber. E o seu suposto, *upokeimenon*, é o sujeito, na medida em que representa esse traço específico a ser distinguido do indivíduo vivo. Este é certamente o seu lugar, seu ponto de marca. (Lacan, 1969, p. 12)

O sujeito é suposto ao saber, ao significante. Lacan afirma que o sujeito representa um traço específico, um ponto de marca. Ao tratar da transformação do sujeito em relação ao significante, constatamos que essa estará em relação a uma marca que Lacan definirá enquanto traço unário, origem do significante.

traço unário — quer dizer, da forma mais simples da marca, que é, falando propriamente, a origem do significante. E afirmo isto — que não se vê no texto de Freud, mas de modo algum poderia ser descartado, evitado, rejeitado pelo psicanalista —, que é no traço unário que tem origem tudo o que nos interessa, a nós, analistas como saber. (Lacan, 1969, p. 48)

Desse trecho destaca-se a relação do ponto de marca do sujeito, do traço unário, com o saber, o qual parece indicar um aspecto importante relacionado ao saber do psicanalista, o qual será abordado mais adiante. Assim, a operação verdade possibilitará que o sujeito depare-se com o vazio, pois é efeito de significante. A verdade é apontada por Lacan como relativa à castração; “assim, a verdade, no amor que por ela temos, é um véu lançado sobre a castração. No amor pela verdade, a castração é despojada do horror que, como puro efeito estrutural, ela inspira” (Badiou, 1994, p. 66). Ao ser feita uma reedição da operação de separação, a operação verdade, possibilita ao sujeito ir em direção à castração.

O sujeito é suposto ao significante, portanto, ele é vazio. “Se, por uma parte, o que nos determina como seres falantes consiste nesse saber chamado inconsciente, o qual torna suspeito ao falasser, por outra, é no ato analítico em que se situa o saber

inconsciente no lugar da verdade” (Césaris, 2009, p. 160). Essa operação em que o saber do inconsciente ocupa o lugar da verdade parece levar a um produto, que é saber que se dá enquanto resto.

Lombardi (2013) assinala que o saber que o psicanalista acumula, ao final da análise, deve cair como objeto *a*, dejetado de saber. “(...) que todo esse saber que o analista acumula está destinado a ser descartado, a cura só se dá se tudo isso caduca, se o saber do analista cai como objeto *a*, mero dejetado do saber” (Lombardi, 2013, p. 62). Tal dejetado de saber, será aprofundado adiante a fim de verificar com mais clareza do que se trata e se há uma relação deste com o saber do psicanalista.

Na estreita relação entre a análise pessoal e o saber do analista, que estamos investigando, destaca-se a imprescindibilidade do ato analítico, pois o analista — que passou pelo ato analítico — tornou-se um sujeito apto a sustentar uma função: abriu-se para ele um vazio que possibilitou a ele encarnar o objeto *a*. Desse modo, o analista não só deve encarná-lo, mas trabalhar para cair desse lugar.

Constata-se que o saber do analista é dependente da operação analítica que é possibilitada na análise. Nota-se que haverá um resto — que é dejetado de saber do inconsciente — nessa operação, o qual abordaremos mais à frente. Assim, a dependência da análise pessoal, para o saber do analista aponta para uma característica que pode ser denominado *pathemática*, um saber da experiência da análise, “*pathemática*, que de alguma maneira temos que passar também pelo sofrimento para que se possa inventar, eu não diria nem extrair nem surgir ou qualquer outra palavra,

mas sim se inventar um analista. Um analista, a partir dessa experiência, se inventa. Se autoriza e se inventa” (Lied, 2013, p. 16).

Dito isso, claramente o saber da psicanálise se distingue do saber enquanto acúmulo de saber. A partir desse trecho, então, nota-se a delimitação de um saber derivado da análise pessoal — que depende de passar pela experiência de análise, para que se possa inventar um analista, portanto dependente de uma experiência.

Quanto ao saber que é resto da análise, saber do inconsciente, é apontado por Rabinovich (2000) enquanto um saber inventado pelo analista sob a forma do bem-dizer para o analisando. Assim, nota-se uma implicação do saber do inconsciente, saber que é dejetado de uma análise para o saber da práxis analítica, que se mostra na forma de uma práxis do bem-dizer.

Existe, assim, uma invenção de saber. Essa invenção de saber, Lacan a caracteriza dizendo que são pedacinhos de saber que se desprenderam, por um lado, da própria análise, da análise de alguns analisandos e do ensino de Freud e, por outro, de seu próprio ensino. Esse saber que são pedaços de saber, fragmentos de saber, a esse saber só resta inventar. Como? Inventar sob a forma do bem-dizer para o analisando, do um por um que cabe ao analista enfrentar a cada vez. (Rabinovich, 2000, p. 165)

A invenção aparece então referida tanto ao analista quanto ao saber. Delimita-se assim, que o saber do psicanalista também relaciona-se ao inconsciente, portanto há uma singularidade presente neste. Não se trata somente, da possibilidade de ocupar o lugar do objeto *a* para o analisante, mas de utilizar-se desse resto de saber a partir de uma invenção. Um saber da ordem da invenção que implica em uma práxis do bem dizer.

Vimos que a operação verdade refere-se a uma reedição da operação de separação e possibilita a ejeção do objeto *a*. Destacamos que o saber do analista é possibilitado através do ato analítico, na medida em que o analista passa a poder ofertar um lugar esvaziado de seu próprio objeto causa de desejo para o analisante. Assim, qualificamos o saber de pathemático, pois depende da experiência de análise. Tal esvaziamento se dá pela ejeção do objeto *a*, lugar que necessita ser descartado enquanto resto ao final da análise.

Ressaltamos uma indicação da relação do saber do psicanalista com o saber do inconsciente, saber que se dá enquanto resto da análise e que é inventado assim como o psicanalista. Tal relação do saber do psicanalista com o saber do inconsciente indica uma característica de singularidade presente no saber da práxis analítica. Depreendemos também uma implicação decorrente disso para a práxis analítica que se refere a esta tratar-se de um bem dizer.

VII - Saber do psicanalista

O saber do analista relaciona-se, então, (1) a um saber enquanto resto, marca significativa e da ordem da invenção; (2) a um saber da experiência da análise, pathemático; (3) a um saber em relação com a falta que remete ao não-saber. Tais aspectos serão abordados de maneira a aprofundá-los ao longo deste item. Ao discorrermos sobre a ejeção do objeto *a* e sua relação com a posição do analista — que deve saber ocupar o lugar desse objeto para o analisante —, foi possível lançar luz a um possível aspecto da relação com o negativo, bem como com a falta presente no saber do analista.

No item anterior destacamos prioritariamente a relação da falta com o saber do psicanalista, diante da junção do vazio estrutural do objeto *a* com o vazio possibilitado pela análise, através da ejeção do objeto *a*, que é falta, um vazio. Além desse aspecto, na medida em que houve a queda do objeto *a* — a qual leva a uma transformação subjetiva e põe em cena a falta —, será possível ao analista sustentar, na práxis, um saber sobre o não saber. Um dos aspectos do estado negativo do saber refere-se à própria estrutura do ato analítico, o qual se distingue de uma ausência de saber (pura ignorância) e de um não saber do recalque.

A *douta ignorância* — descrita por Lacan como o saber do analista em determinado momento de seu ensino —, se compreendida através do ato analítico, refere-se ao aspecto de que o analista deve esquecer que ele é causa do processo de análise: ele simula esquecer esse saber referido ao posicionar-se enquanto objeto *a*. Esse é um aspecto apontado por Lacan que responde ao âmbito do saber que implica em uma

nova posição subjetiva possibilitada pela análise pessoal, derivado da experiência da análise.

Essa posição é possibilitada pelo ato analítico. Lacan o define enquanto essencial ao psicanalista: “O ato psicanalítico essencial ao psicanalista comporta esse algo que não nomeio, que esbocei sob o título de simulação, e que será grave se isso vier a ser esquecimento, por simular esquecer que seu ato é ser causa desse processo” (Lacan, 1967, p. 59).

Rabinovich (2000) descreve que esse esquecimento não se refere a um desconhecimento da psicanálise, de seus conceitos:

“Não se trata de esquecer no sentido de esquecer o saber de uma ciência, por exemplo. Pelo contrário, esse “finge esquecer” faz parte da posição cética que implica uma rejeição do saber. (...) para Lacan o analista “finge esquecer” um saber específico: que ele é a causa do processo de análise.” (Rabinovich, 2000, p. 30)

Portanto, não se trata do não saber do recalque, de um saber que não se sabe este que está do lado do analisante. “Esse “fingir esquecer” implica que o esquecimento fingido é um esquecimento estruturalmente muito diferente do esquecimento do recalque, que é um esquecimento que se consegue quando o sujeito passou por uma análise” (Rabinovich, 2000 p. 30).

É a estrutura do ato analítico que coloca essa condição de não poder apropriar-se por completo da sua ação, de colocar-se enquanto causa e desdobrar um saber do inconsciente o qual ele não sabe. O psicanalista deve causar o trabalho analítico ao

fingir esquecer parte de seu ato e, como afirma Lombardi (2013), é pela estrutura mesma do ato que isso o faz não saber exatamente ou por completo sobre sua ação.

O ato do analista é essencialmente o de autorizar o desdobramento de um saber inconsciente ao qual ele não tem acesso, a não ser em segundo lugar, seguindo o discurso do analisante; sua missão consiste, então, em causar o trabalho analítico, mas sem saber bem para onde isso leva. Uma parte do sentido de sua ação escapa-lhe pela estrutura mesma de seu ato. O sentido de uma direção da cura muda totalmente a partir daí. (Lombardi, 2013, p. 62)

Há um não saber inerente ao ato analítico, bem como um não saber fruto do processo de análise — portanto, não uma negação de saber ou ausência deste. Essa correlação do ato analítico com o não saber é uma posição coincidente com a *douta ignorância*. A *douta ignorância* — como posição analítica que é fruto do processo de análise — implica a sustentação de um vazio para dar lugar ao objeto *a*; implica também um vazio no que diz respeito ao saber da práxis, pois o analista não sabe sobre o saber inconsciente dos analisantes e, portanto, rejeita um saber prévio. O analista deve então, saber sobre o não saber.

A *douta ignorância*, referida ao não saber do analista diz respeito por um lado, a um não saber cético que não se relaciona ao não saber a respeito dos conceitos psicanalíticos, mas consiste na afirmação de que o analista não sabe *a priori* sobre o analisante — pois se trata do inconsciente, o não-sabido. Por outro lado, refere-se a um saber que é falho, que possui um furo no seu interior.

A *douta ignorância* é um primeiro esboço do método nas ciências, da ideia de um saber metódico, sistemático, que tolera um não-saber no seu interior, que se afirma na ideia de

que continuará progredindo com cada novo passo que der, na idéia da existência de passos infinitos de saber. (Rabinovich, 2000, p. 44)

Para Nicolau di Cusa, a maneira de produção de saber através de medir, contar e pesar — ou seja, o modo matemático — deixa um resto de não saber, o que permite um avanço. Ele foi um precursor da ciência tal como hoje que permite um furo nesse saber, um resto que não dá conta de tudo e possibilita que se avance.

Essa ideia do resto que se produz entre um saber que avança e sua aplicação ao real coincide exatamente com o conceito de objeto *a* lacaniano. O resto opera para além de todo saber matemático, o resto move o saber, mesmo sendo um produto do saber.

Lacan denominou saber, numa primeira época, a concatenação significativa, que se resume no matema $S_1 - S_2$, sendo o objeto *a* seu produto, um resto que cai e lhe escapa. Nesse ponto, Nicolau di Cusa é quase um precursor de Lacan, pois insiste na função desse resto, que é aquilo que o caçador de saber persegue incansavelmente e nunca consegue alcançar. (Rabinovich, 2000, p. 45)

A relação do objeto *a* com o saber do analista aqui é tomada enquanto a impossibilidade de totalizar; um saber que sempre produzirá restos de não saber, tendo então objeto *a* enquanto produto do saber. Esse seria então outro aspecto do saber do psicanalista; um saber que tem um vazio, um furo, pois nunca é completo e produz sempre um resto enquanto produto, levando ao avanço constante — pois, como o saber é furado, falho, é necessário tornar a buscar saber.

O analista não sabe de seu ato — não tem como saber qual o significante a que é convocado e o objeto que irá encarnar —, no entanto ele tem de saber fazer esse movimento. Movimento esse que se dá em torno de um vazio, porque estamos às voltas

com a castração e com a falta, o vazio e a perda. Há um saber sobre esse não saber que se remete a um saber fazer.

Tal saber fazer é um ponto tratado por Lacan. No entanto, nos limitaremos a destacar o aspecto desse saber fazer em relação à ação, à práxis analítica. Diante de um saber sobre o não saber é necessário saber colocar-se como causa para possibilitar que o trabalho do analisante aconteça. Ao situarmos o saber do psicanalista enquanto um saber colocar-se como causa do processo de análise constata-se que há uma implicação direta em um fazer (colocar-se como causa). É por ser um saber que está às voltas com a castração, com a falha, saber que não é antecipável, que Lacan vai propor sua relação com o fazer, é um saber fazer com que a análise ocorra.

Destaca-se desse trecho que o saber do psicanalista, este saber conduzir uma análise, refere-se a um aspecto que deve ser comum a todas as análises e, portanto, a todos os psicanalista. A direção da análise é previamente definida pelos conceitos psicanalíticos, portanto o saber do analista responde a critérios metodológicos e universais.

Há, por outro lado, também um aspecto singular presente no saber do psicanalista, e isso por não haver antecipação possível tanto em relação ao saber inconsciente de cada analisante quanto em relação ao saber inconsciente do analista — o qual, por sua vez, estará presente no analista enquanto uma invenção a partir dos restos de saber.

O singular referente ao saber do analista, derivado da análise pessoal enquanto resto de saber, relaciona-se a característica desse saber depender do inconsciente do analista.

É do tropeço, do ato falho, do sonho, do trabalho do analisando que resulta esse saber. Esse saber, este não é suposto: ele é saber, saber caduco, migalha de saber, submigalha de saber.

Assim é o inconsciente. Esse saber — é o que assumo —, eu o defino, traço novo na emergência, por só poder postular-se a partir do gozo do sujeito. (Lacan, 1972a, p. 77)

O saber do analista é também derivado do inconsciente; há uma invenção de saber a partir dos restos de saber. Esse é um segundo aspecto do saber do analista levantado por esta pesquisa. Tal ponto interessa a essa dissertação devido ao objetivo de delimitar o saber do psicanalista em sua relação com a análise pessoal. Anteriormente destacamos uma afirmação de Lacan “que é no traço unário que tem origem tudo o que nos interessa, a nós, analistas como saber.” (Lacan, 1969, p. 48) Assim, a noção de letra parece indicar algum esclarecimento a esse respeito, pois esta aparece definida enquanto essência do significante, o traço unário, o qual pode lançar luz a respeito do saber do psicanalista que se dá mediante a análise e está relacionado ao inconsciente deste.

no Seminário A Identificação, aparece a letra como essência do significante reduzido ao seu nível mínimo, o traço unário — nível unário, autodiferente, diferente de si mesmo, aparece no mesmo seminário, e quase conjuntamente, uma concepção de letra ligada a uma função prévia que podíamos atribuir ao isso. (Ritvo, 2000, p. 15)

A partir desse trecho, podemos assinalar que a letra, enquanto essência do significante, relaciona-se ao traço unário. Lacan definiu que o saber do inconsciente é

possível a partir do traço unário, o qual procuraremos então problematizar a partir da noção de letra — que é suporte material do significante.

a letra é litoral, e também literal. Condensa as vertentes *letter* (mensagem, suporte material do significante) — ligada ao campo do sentido, e *litter* (lixo, rasura ‘pura de nenhum traço que lhe seja anterior’, *litura*) — vertente que apresenta sua condição de não significar, registro do real. (Katz, 2011, p.125)

Assim, se a letra é uma redução do significante ao traço unário e este diz respeito ao saber do inconsciente, a letra parece estar relacionada ao saber do inconsciente. O trecho acima nos leva a pensar na relação do saber do inconsciente com a materialidade do significante — materialidade que é também denominada por Lacan como letra.

Segundo Ritvo, a letra no polo pathemático responde a níveis diferentes, o nível do inconsciente e o nível pulsional: “a letra vai ter um vínculo privilegiado com o real, na segunda concepção de letra” (Ritvo, 2000, p. 15). Tal relação também se dá pelo fato de que a letra não permite uma significação: ela é do registro do Real. Esse é um ponto que parece indicar a relação do saber com o registro do real. Ritvo (2000) aponta que a letra se refere a um polo “patemático (pathos, patético), que tem a ver com a marca no corpo; etimologicamente é marca, sofrimento, incisão” (Ritvo, 2000, p. 9). Pathemático é uma palavra que vem do grego, *pathe*, que se refere a unidades mínimas da experiência.

[E]ssas unidades mínimas, para os gregos também, estão muito perto da maneira lacaniana de chamar o que os gregos denominavam de o *pathe*. O que se faz com o *pathe*? Como se fossem essas estranhas unidades componenciais da experiência, que

não são articuladas entre si, que são parte isoladas, por isso um Real. (Harari, 2008, p. 189)

A partir dessas considerações, levantamos a hipótese de que o saber do psicanalista é um saber pathemático por ser dependente destas unidades que compõem a experiência no registro do real. Pathemático, nesse caso, não se referiria apenas ao saber derivado da experiência da análise; das operações e transformações dela decorrentes, mas também por advir do inconsciente; na medida em que houve uma experiência do sujeito com o significante.

Assim, destacamos o não-saber referido ao psicanalista, a *douta ignorância*, que diz respeito por um lado, ao analista não saber *a priori* sobre o analisante — pois se trata do inconsciente, o não-sabido. Por outro lado, refere-se a estrutura do ato analítico, que implica em um fingir esquecer que é causa do processo de análise. Vimos também que é um saber falho, que possui um furo no seu interior, tem um vazio. Assinalamos a presença de uma singularidade no saber do analista, pois é derivado da análise pessoal e depende do inconsciente do analista, caracterizando-se assim como pathemático.

VIII - Saber do inconsciente

Ao ter passado pela transformação subjetiva, o analista passa a saber operar a análise — há um saber sobre a práxis. Tendo em vista, que o saber do psicanalista não pode ser unicamente transmitido pela via do ensino, ou seja, através dos conceitos psicanalíticos, pois depende da análise para que haja um analista, levantamos então a hipótese de que o saber do psicanalista remeter-se-ia também a um saber de uma experiência, que deixa marcas— um saber *pathemático* —; tal experiência refere-se tanto à análise quanto à experiência do significante; “um saber de experiência, é um saber que deixa marcas, que atravessa o sujeito. Poderíamos dizer a partir daí que os conceitos são trabalhados, processados, costurados, por cada analista na sua própria análise a partir da sua própria experiência.” (Lied, 2013, p. 16).

Desse trecho destaca-se que é da experiência do significante — um saber *pathemático*, trabalhado em análise — que é possível uma articulação entre um saber do inconsciente “costurado” aos conceitos. O saber derivado da análise enquanto resto relaciona-se a transmissibilidade do saber em psicanálise, pois este deixa de ser do sujeito, é um saber sem sujeito.

(...) por um lado, a verdade é suprema enquanto não sabida, por outro a finalidade da análise é de suscitar um saber do não-sabido. É no final das contas sobre o saber que vai se apoiar o ato analítico. (...) O ato analítico, enquanto passe do saber, é simultaneamente queda de um saber suposto ao sujeito e assunção de um saber que deve ser um saber não suposto, porém transmissível, se possível integralmente. Um saber que não é mais cativo da singularidade de um sujeito. Se o ato é o entre-dois de dois saberes, a verdade não se encontra senão em eclipse de duas identificações do saber, das quais uma é subjetiva, imaginário compreendido, e outra é impessoal. (Césaris, 2009, p. 129).

Tal saber sem sujeito responde ao ato analítico e ao passe de saber referente a essa operação. Sendo então tal saber não mais cativo de singularidade, destaca-se que houve uma transmissão. Assim, a transmissão do saber depende do ato analítico, tal como Lacan (1970, p. 310) afirma que “o saber passa em ato”. Nota-se que há um caráter universal referente ao saber do psicanalista, respondendo então à exigência do método psicanalítico que possibilita uma transmissibilidade — método que, por ser transmissível, é universal.

O sujeito — enquanto efeito de significante em relação a um saber que é suposto — modifica-se, evidenciando-se o sujeito sem substância e um saber que pode ser transmitido, uma vez que não é mais cativo da singularidade. Trata-se de um saber sem sujeito. “O percurso de uma análise vai do sujeito suposto saber ao saber sem sujeito. Essa é a fórmula do inconsciente que permite a Lacan dizer, por exemplo, que somente quem levou até o seu fim pode ser um verdadeiro ateu. Trata-se da ideia de que há saber, mas sem sujeito” (Brodsky, 2004, p. 155).

Mesmo esse saber deixando de ser cativo de uma singularidade, há o aspecto singular do saber do analista que levantamos no item anterior — referente à relação com o inconsciente do analista. Destaca-se, assim, a relação de um universal com um singular presente nesse saber, pois o saber sem sujeito, advindo do ato analítico, possibilita uma transmissão, aspecto que faz do saber do psicanalista comum a todos os psicanalistas. Por outro lado, possui um aspecto singular que se deve ao fato de o saber ter também advindo do inconsciente do analista — que se dá a partir de um saber que é resto.

“Um saber trabalha produzindo o objeto, como restos de gozo destinados entropicamente à perda”. Na psicanálise não há um objeto do conhecimento, o objeto é produzido como resto na articulação do saber. Não há saber do gozo, há separação entre eles. Há horror de saber acerca do gozo, não há Outro que saiba sobre ele. Lacan dirá que o “analista abriga um outro saber num outro lugar, mas deve levar em conta o saber no real”. Um saber que falta e que cada um deve inventá-lo.

A relação com o saber é subvertida na Psicanálise, há um saber de um por um, um saber sem sujeito, saber que deve ser inventado com os retalhos do real. (César, 2009, p. 160)

Assim, é necessário realizar uma invenção a partir de tais restos de saber, invenção que se faz necessária por se tratar do registro do real. Ao levar em conta o saber em sua dimensão de real, nota-se que a psicanálise trata de um saber que é um a um. Essa é uma consequência para a práxis: o saber que advém do ato psicanalítico implica tanto uma posição subjetiva que suporta o vazio — suporta colocar-se enquanto objeto para o analisante e suporta ser resto, cair desse lugar — quanto um saber sem sujeito e derivado do inconsciente, e, portanto, inventado.

invenção, termo que se relaciona especificamente ao trabalho do saber inconsciente, tal como é desenvolvido no Seminário XXI, que é correlativo à definição do saber inconsciente como um conjunto aberto, quer dizer, que não tem limite. É ali que Lacan introduz a ideia de que no nível da invenção a única coisa que temos são o que ele chama, em francês, *bouts de réel*, isto é, fragmentos, pedaços, tocos de real, que cabe ao analista recolher. (Rabinovich, 2000, p. 159)

É a partir desses fragmentos de Real que o analista, ao recolhê-los, inventa um saber que está associado à práxis. “O Real, Lacan o afirma sem lei e sem ordem, pelo que é difícil, então, dizer quais são as leis do Real. Não tendo lei nem ordem, só o podemos conhecer por pedaços, por pontas” (Harari, 2008, p. 184). Tais pontas,

pedaços do Real, relacionam-se à qualidade de pathemático do saber do analista, que refere-se às pequenas unidades que produzem marca no corpo do sujeito.

Tal marca está relacionada ao traço unário e, mais precisamente, à noção de letra — que possui, para Lacan, um vínculo privilegiado com o Real. Sendo, então, o traço unário e a letra relacionados ao significante, nota-se que a singularidade do saber do psicanalista deve-se às marcas do significante no sujeito, sendo uma vez que este é sempre único, é sempre diferente.

Assinala-se, assim, a presença de um universal e de um singular em jogo no saber do analista. Tal aspecto é abordado por Rabinovich através da lógica do não-todo e do gozo da mulher — que refere-se a um conjunto que é aberto —, respondendo a um saber do analista que apresenta um particular dentro de um universal; ou seja, um particular dentro de um conjunto. Vamos nos deter em assinalar tais características sem, no entanto, aprofundá-las:

Lacan caracteriza de um modo particular, no Seminário XXI, a invenção, assinalando que ela não está associada ao falo, mas a um universo de discurso aberto, não-fechado, de um gozo que se relaciona com o gozo da mulher barrada como conjunto aberto, sendo estruturalmente diferente da criação.

(...) Portanto, o que se inventa do lado do não-todo são sempre pedacinhos de saber sobre o real, o que Lacan chama em francês de *les bouts de réel*, que terão tanta importância de agora em diante. O próprio da invenção é que nunca se inventa um saber todo (...), mas se inventa a partir da falta de fechamento do saber inconsciente como real. (Rabinovich, 2000, p. 165)

Essa referência ao conjunto parece indicar uma relação do saber do analista com o inconsciente que não é fechado, mas aberto, bem como a relação com um saber que se dá por pedaços — saber não-todo, falho, que está as voltas com a castração.

[O] todo postula que os elementos integrativos sejam iguais, implicando um fechamento. O conjunto, em troca, se revela como aberto. Isto é, exatamente, o que marca a propriedade do não-todo. Mas, então o que é este? Aqui, na minúcia do raciocínio, se inscreve novamente o traço conceptista, já que assevera: o não-todo é a mulher. Ela é não-toda. Um conjunto, não um todo, em que se respeita a condição do buraco: tal é o lugar em que se pode situar as mulheres. Ou seja: uma por uma. (Harari, 2003, p. 205)

Assim, esse saber é um a um, não há uma totalidade possível; ele será a cada analista, o que implica uma práxis singular, por um lado, e como esse saber deve pertencer a um mesmo conjunto, por outro lado, precisaria responder ao universal presente no saber do analista, aspecto que possivelmente refere-se ao campo do conceitos. A respeito do saber sobre um não saber, ou seja, um saber que está associado à castração, Harari (2003) destaca — a partir da noção de *sinthome* — que o homem *não sabe e faz*. É a partir da materialidade do sintoma, dos efeitos do significante, que ele inventará um *savoir y faire*.

O homem, então, já que falei do homem, não obtém quase nada desse assunto de Saber. O mesmo lhe é imposto pelo que chamei de efeitos de significante. “Ele — o homem — não está à vontade: não sabe *faire-avec*, fazer-com, o Saber”. O que ocorre, em consequência? O advento inexorável da referida debilidade mental. A qual consiste, então, em não saber-fazer-com o Saber. (...) Pois bem, aludindo à debilidade mental padecida pelo falante, Lacan assevera: “Com esse material — o Saber produzido pelos efeitos de significante — não sabe — e aqui outra precisão — *y faire*”. (...) Traduzamos tudo: saber-fazer-ali-com. Com o quê? Precisamente com aquilo que deu lugar ao

sintoma, isto é, com os fatores da ordem da causa. O que, é claro, não se liga ao desempenho de um ofício que possa ser aprendido, ou com o manejo de receitas e/ou de códigos generalizadores. Reiteremo-lo: acontece no mesmo domínio e com os mesmos elementos geradores do sintoma.

Com esse “material” determinante do sintoma, mas depurado, se inventará aos poucos, com pedaços de tal saber, o *sinthome*. (Harari, 2003, p. 124)

Essa noção está presente no final do ensino lacaniano, e indica a ligação do saber e do fazer, a qual se dá diante da impossibilidade de saber. O homem não sabe; não vai haver um saber do fim da análise, por isso passa a fazer. Brodsky assinala que “a ambição da psicanálise, à diferença da ambição da ciência, não é provar que há saber no real, mas sim demonstrar que falta no real, ou seja, mesmo que o inconsciente seja um saber, há um saber que não está ali, que falta” (Brodsky, 2004, p. 156). Esse “não há saber”, parte do vértice que indica que não há ato sexual, que não há união sexual.(...) A fórmula da relação sexual não se escreve, não está escrita no inconsciente: esse é o saber que falta” (Brodsky, 2004, p. 157).

A invenção se dá justamente quando na análise é possível ir ao encontro da falta, dessa falta de saber, falta que é estruturante:

Ali onde não há saber no real nem no inconsciente, onde há um saber que falta, é a invenção do saber que permanece disponível para alguém que chegou até esse ponto. (...) Falar de invenção de saber implica desembocar em um significante novo ou em um saber fazer ali com o sintoma. Isso tem a ver com um “fazer algo com o saber”, no ponto em que não há decifração possível para ele. É no limite do saber, no impossível de saber que se pode inventar algo. (Brodsky, 2004, p. 159)

Diante disso, concluímos que é devido à falta de significação possível à sexualidade, diante da falta de saber, que passa a se fazer algo com isso — o que leva à

invenção. Desse modo, constata-se que a invenção responde à singularidade implícita no saber de cada analista e em sua práxis. Nesse momento, destaca-se também a produção de significantes novos, produção que possibilita a transformação na petrificação do sujeito em relação ao significante.

A práxis analítica terá esse aspecto de singularidade, pois o saber do analista está articulado ao inconsciente, que é singular, bem como à noção de letra enquanto essência do significante. Se, por um lado, o saber é inventado através da análise —implicando a singularidade de cada analista —, por outro, o saber do analista é universal e transmissível, pois responde aos conceitos teóricos e metodológicos — tornando assim possível saber conduzir uma análise que possui um direcionamento conceitualmente descrito.

Destacamos que há, no saber do analista, uma singularidade; singularidade esta que se deve ao inconsciente e que, depende da experiência da análise e da invenção para que possa ocorrer. Tal aspecto refere-se ao polo pathematico que responde à experiência da análise e à experiência do significante:

Esse saber está ligado com esta experiência que permite então que este sujeito, este novo analista, vamos dizer assim, invente o enlace singular entre o fazer e o saber. Não se trata somente de um saber, porque não é um saber referencial, mas é um saber textual, agora em liame com um fazer. Esse saber é, no caso do analista, a sua práxis poética. (Lied, 2013, p. 19)

Assim, essa ligação entre saber e fazer nos parece decorrente da invenção a partir dos restos de saber — tal enlace sendo, então, singular. Desse modo, seria essa mais uma característica que implica uma singularidade presente no saber do

psicanalista. Destaca-se — enquanto uma hipótese que somente assinalaremos, mas não será investigada nesta dissertação — que tal invenção possa fazer um liame entre saber e fazer, implicando então em uma práxis singular e *poiética*.

IX - Saber Fazer

Ao pontuarmos a noção de invenção que se dá diante de um não-saber irreduzível com o qual o sujeito se depara, levantamos a hipótese de que a invenção responderia a uma ligação entre saber e fazer — uma vez que delimitamos que o sujeito *não sabe e faz*. “Questionar o sintoma é o princípio de qualquer análise possível. Entretanto, mais do que trazer respostas, o fim de análise é o de parar, sobretudo com as falsas perguntas e partir para um fazer” (Tavares, 2012, p. 204). Tal fazer implicaria um aspecto do singular presente no saber do psicanalista.

Tal como pontuamos anteriormente, o saber permanece relacionado a uma falta, uma ausência de saber; e tal característica é o que leva o analista a passar, então, a saber sobre esse não saber — o que implica diretamente um fazer. É na definição de *sinthome* (“*savoir-faire avec*”) que Lacan situa uma referência a um saber e a um fazer. Desse modo, traremos algumas breves pontuações a esse respeito.

Harari (2003) assinala que a reparação do “*lapsus*” no enlace entre os registros (real, simbólico e imaginário) é feita através de um artifício. Este, por sua vez, se refere a um fazer, pois o artifício é no sentido do artificar — ele está associado a “costura”. Isso é feito através do que ele aponta enquanto supleção, que é o acréscimo de algo novo que permite que haja um enlace. Tal acréscimo é da ordem da invenção:

supleção não indica substituição, mas o acréscimo de algo novo. Sucede, por exemplo, quando trato de coser, reparando o trevo no cruzamento onde se produziu um “lapsus” no enlace. Pois bem: realizando-o mediante um ineludível acréscimo, invento, atificio. É claro: artifício não no aspecto substantivo, mas como verbo transitivo, isto é, artificio algo. (Harari, 2003, p. 282)

Segundo levantamos anteriormente, essa invenção se dá a partir de restos de saber — indicando, assim, uma ligação entre um saber e um fazer. É da experiência com o significante que decorre um saber, saber sem sujeito. Além disso, pontuamos que se trata do registro do real, tais pedaços de saber. Mussolino (2008) destaca que a linguagem é como um tecido que possibilita uma entrada ao sujeito — aspecto primário na constituição do sujeito em relação à linguagem e que diz respeito às relações do significante com o real.

A linguagem marca esse primário, porque ele está tecido de entrada e frente a tudo como linguagem, em uma textura de linguagem que é a palavra vista e ouvida (...). Tal como entendemos, o primordial refere-se ao momento em que ocorre a relação do significante com o real. Conseqüentemente, o ponto em que podemos considerar a existência do inconsciente começa onde cada um de nós é tocado pela ex-sistência do significante. (Musolino, 2008, p. 20; tradução nossa)

O significante em relação com o real demarca um primário, um momento primordial da constituição do sujeito que se refere à linguagem enquanto uma tessitura, um tecido. A partir do trecho citado, podemos inferir que é através da relação do significante e do saber com o real que ocorre a invenção, destaca-se que a partir desse ponto que é possível a invenção, pois os pedaços de saber com os quais o sujeito inventa o saber — assim como significante — ex-sistem ao sujeito. Desse modo, seria o saber sem sujeito que sofre uma nova articulação através da invenção.

O conhecimento do que há no inconsciente, é um conhecimento que se articula de uma ou de várias *lalangues*. É um saber que ex-siste ao indivíduo, é um dizer que o concerne. O conceito ‘inconsciente’ (Freud duvidou de seu nome) está longe de expressar a verdade. O inconsciente só é saber, saber articulado em uma forma linguística. (Lacan, 1973) (Musolino, 2008 p. 16; tradução nossa)

Destaca-se, assim, que tal saber se articula a partir da alíngua — um saber em relação com o real e que ex-siste ao sujeito. Não se trata mais de um saber que não se sabe, mas de um saber da alíngua que é articulado em uma forma linguística. “Efeito de alíngua, ele é duplamente real: seus Uns são fora de cadeia, fora de sentido, e passaram para o campo do Real fora do Simbólico, o da substância viva” (Soler, 2012, p. 72). A invenção se dá, portanto, a partir de uma nova organização da alíngua e do saber enquanto ex-sistente ao indivíduo.

Harari (2003) assinala que existe uma margem de liberdade ao sujeito por ser ele quem estabelece uma organização das marcas da linguagem pela qual somos habitados. Isso decorre dos sentidos outorgados pelo sujeito; assim, através de uma nova organização da alíngua, é possível modificar a organização do real significante e produzir novos sentidos. A psicanálise — ao objetivar a transformação do sujeito em relação à petrificação ao significante — o levará à produção de novos sentidos. Há uma margem de liberdade possível que leva à produção de novos sentidos em relação ao que Lacan escreve de que “estamos habitados pela linguagem; que não falamos porque, antes disso, somos falados; que a língua é constrictiva, pois nos tem, em vez de nós a termos; que não contamos com independência a esse respeito” (Harari, 2003, p. 278). Harari (2003) assinala que Lacan, ao propor uma margem de liberdade possível ao sujeito, produz uma torção francamente subversiva a esse respeito.

Harari (2003) destaca uma subversão lacaniana em relação à linguagem, que possibilitaria a produção de novos sentidos. Tal subversão se refere ao toque que cada um dá a partir de uma organização das marcas do Outro da linguagem pelo sujeito. Tais

toques se referem ao sentido, o qual ao ser forcluído ao final de uma análise — tal sentido que se dá devido à petrificação do sujeito em relação ao significante—, possibilita a produção de novos sentidos.

Heidegger pensa a língua como constrictiva, como algo que nos tem e nos detém enquanto a ela somos submetidos. Pensa que antes de a falarmos (a língua), somos por ela falados, ideia que está na base do aforismo blanchotiano “No homem, a língua fala”. Pois Lacan, que também parte desses princípios e sobre eles trabalhará ao longo de duas décadas, pensará a partir da ideia da nominação a possibilidade de se ultrapassar esta constrictão. O que ele apanha em Joyce é justamente o exemplo de quem soube fazer essa ultrapassagem, mostrando a língua como algo vivo e que se reinventa de modo herético em relação às leis do simbólico e dos sentidos previamente articulados. “Ou seja, forcluindo o sentido congelado, posso produzir sentidos insólitos, inauditos, inscritíveis como tais em la língua” (Harari, 2003, p. 279). (Tavares, 2012, p. 170)

Assim vimos que Lacan, ao final de seu ensino, aponta para a possibilidade de se reinventar a partir da alíngua; marcando, então, que é através de uma ultrapassagem da constrictão da linguagem que o sujeito poderá inventar novos sentidos — ao forcluir os sentidos congelados referentes ao momento primordial da constituição do sujeito.

Lacan toma os textos de Joyce para assinalar que se trata de um fazer com o real a partir de uma forclusão das letras enquanto objetos *a*.

Neste desenlace, neste desatamento, Milner demonstra um afeto próprio do encontro com o real não-todo, impensável, como se manifesta na escrita joyceana. Eis o que faz Lacan tomar o irlandês como o exemplo de quem soube fazer com o real. (...) O *a*-Joyce é aquele que faz-se um nome comum a partir do gozo incorporado em seu nome próprio, a partir de seu ato de escrita. Não como no exorcismo que visa afastar, repudiar este real, mas por uma *Verwerfung* (forclusão) que ao modo *litter*-ário visa expelir estas *letters-litter* (letras-lixo) como produto, objetos *a*. (Tavares, 2012, p. 182)

Destaca-se um saber fazer que expelle os objetos *a*, letras — a letra enquanto esse suporte material do significante. Vimos que o saber do saber fazer refere-se a um saber que ex-siste ao sujeito, um saber que é relacionado ao real em jogo no significante. O saber fazer se dá a partir de uma nova articulação entre os restos de saber e o fazer mediante uma invenção que é um artifício.

Lacan fará um assinalamento extremamente relevante quando propõe tal transformação em relação ao sujeito e a linguagem. Até então, o sujeito estava assujeitado à linguagem; após essa subversão proposta por ele, o sujeito poderá conquistar uma liberdade através de uma invenção e da produção de novos sentidos que se dão mediante uma nova articulação a partir da alíngua e do saber que ex-sistem ao indivíduo.

X - Considerações finais

Essa pesquisa iniciou sua investigação a partir da problematização da necessidade de análise pessoal, tal como estipulada por Freud, em relação ao saber que sustenta a práxis analítica. Tomando a afirmação de que tal imprescindibilidade se dá diante da descoberta da psicanálise — o inconsciente —, discorreremos a respeito da ligação estabelecida por Freud entre o saber e o inconsciente, a qual é largamente utilizada por Lacan em seu ensino.

A partir disso, nosso objetivo passou a relacionar-se com a delimitação das características desse saber que se refere ao psicanalista; que não se restringe ao domínio de conceitos teóricos e regras deontológicos, mas que também derivaria da análise pessoal, para pensar com maior clareza critérios para definir *praxicamente* um psicanalista.

A problemática pertinente a essa questão refere-se ao inconsciente, pois é este que faz da psicanálise um campo de saber que prescreve a análise pessoal enquanto imprescindível à formação do analista. Tal problemática circunscreve uma dúvida dos analisantes — candidatos a analistas ou não — que se remete à cura pela palavra. Dúvida que podemos ouvir deles das mais diferentes maneiras; e que também aparece quando a questão envolve aqueles que pretendem não só tratar de seu sofrimento, mas fazer disso seu ofício. Como é possível obter da análise um saber? Não é qualquer saber, mas um que sirva para direcionar a análise.

Assim, duas possibilidades distintas se abrem aos candidatos a analistas: uma, em que eles buscam se apoiar em um saber, dos conceitos — o que se mostra pouco

eficiente aos mesmos, no entanto pode oferecer certo apoio ou segurança a estes — ;outro, em que é possível deparar-se com um saber que se trata de um não-saber — pois estamos às voltas com o inconsciente. Distingue-se, então, dos saberes com os quais muitas vezes estamos mais habituados e frente aos quais podemos nos apropriar de um conhecimento e nele nos apoiarmos para execução de determinada tarefa.

Se é possível questionar a esse respeito, apresenta-se um caminho para o analista que será outro, em que poderá suportar a falta sem supri-la com o conhecimento; pelo contrário, poderá, a partir disso, sustentar um saber sobre o não saber e, então, vir a fazer algo com isso — talvez direcionar análises, mas não necessariamente será esse o destino de um psicanalista. O saber do psicanalista, que se trata de um não saber, mantém centralizado a problemática da psicanálise — o inconsciente, pois se mantém em torno de um saber que não se sabe, um saber sobre o não-saber.

Assim, essa pesquisa procurou explorar essa problemática investigando em que medida o saber do inconsciente poderá responder ao saber do psicanalista. Vimos que se trata de um saber derivado da análise pessoal enquanto resto e, para chegarmos a essa conclusão, percorremos noções importantes da psicanálise tais como: *o sujeito suposto saber, saber, a importância da dimensão da verdade para o saber do psicanalista, o objeto a*. Detivemos-nos com maior profundidade na noção de ato analítico, pois esta condensava afirmações lacanianas que davam indícios fortes em relação ao saber do analista tais como: a passagem do analista a analisante, a queda do sujeito suposto saber, ejeção do objeto *a* e — como consequência — uma mudança de posição subjetiva.

Além disso, nos interessava principalmente a afirmação lacaniana de que o saber passa em ato. Nos primeiros itens dessa dissertação, assinalamos a importância do pivô da transferência — o sujeito suposto saber enquanto um lugar que possibilita ao analista operar uma análise. Essa noção foi importante para que fosse esclarecido que o analista é convocado a um lugar que responde à atualização da transferência, o qual é transformado a fim de que seja evacuado e possibilite uma transformação na posição subjetiva.

Ele indica uma relação do sujeito com o saber; por isso, explorá-lo trouxe contribuições no sentido de visualizarmos as decorrências para o saber a partir dessa transformação. Tal mudança, referente ao sujeito suposto saber, se dava mediante uma operação denominada de ejeção do objeto *a*; e, portanto, através dela vimos a estreita relação do saber do analista com a falta.

A ejeção do objeto *a* é responsável pela mudança de posição subjetiva, tão cara ao processo formativo do analista; e isso indicava o que poderia ser depreendido da análise para o saber do psicanalista. Tal objeto refere-se à falta estruturante do sujeito e a operação verdade possibilita que tal queda ocorra. Assim percorremos tal operação, bem como exploramos a respeito do conceito de verdade na obra lacaniana.

Nesse momento, destacamos uma característica importante ao saber do psicanalista. A verdade implica justamente uma falha no saber: “para Lacan, o que funda a verdade é o Outro como um buraco no saber” (Badiou, 1994, p. 60). Assim, vimos que a dimensão da verdade presente no saber do analista é uma das causas do saber da psicanálise ser um saber falho. Esse foi um ponto que havíamos levantado em

relação a um saber que difere de um saber que se dá mediante um acúmulo de conhecimento ou de experiências — trata-se de um saber de outra ordem.

A verdade também aparecia associada ao saber do analista, quando afirmado que o analista deve fazer funcionar o saber em termos de verdade. Esse funcionamento foi explorado a partir do discurso do analista, onde o saber deve ocupar o lugar da verdade. A partir disso, vimos a importância da transformação subjetiva, através da operação verdade em sua relação com o ato psicanalítico — para que se tornasse possível um saber que sustenta a dimensão da verdade.

O ato psicanalítico foi um ponto largamente explorado por concentrar definições referentes ao saber do psicanalista e circunscrever nosso objetivo em relação a afirmação — proferida por Lacan — de que o saber passa em ato. Além disso, é destacado enquanto uma marca que promove um início para o psicanalista, ponto que possibilitou problematizar a passagem de analisante a analista.

A operação verdade enfatizou a importância da falta, da castração e do objeto *a* para o saber do psicanalista. Vimos que, na medida em que foi reeditada para o sujeito a separação do objeto *a*, decorre disso uma transformação que possibilita a este suportar um vazio, pois houve a ejeção de seu objeto e, a partir disso, torna-se possível a este vir a sustentar ser o objeto *a* para seus analisantes — objeto que tem como destino ser descartado, enquanto resto, ao final de uma análise.

Destacamos a relação do saber do analista com a falta; com a castração, vimos que se trata de um saber que se dá a partir da transformação na posição subjetiva,

possibilitando sustentar o que está descrito nos conceitos a respeito do psicanalista. Desse modo, destacamos que se trata de um saber, o qual depende da experiência de análise para vir a existir, qualificamos de um saber pathemático.

Pudemos estabelecer algumas relações com as afirmações lacanianas que destacamos no início da investigação, que se referiam ao *não saber*, à *douta ignorância*. Esse aspecto negativo, associado a uma *ignorância douta*, enquanto um saber de forma mais elaborada, deu-se tanto em relação à própria estrutura do ato analítico — o qual se distingue de uma ausência de saber (pura ignorância) e de um não saber do recalque — quanto em relação à impossibilidade de antecipar algo sobre o analisante.

Desse modo, assinalamos que o saber do psicanalista refere-se a um saber sobre o não saber, pois o ato analítico visa justamente ao desdobramento de um saber que não se sabe (inconsciente) do analisante. Tal característica do saber do psicanalista implica em um fazer, logo, em relação com a práxis analítica. Assim, pudemos destacar algumas implicações para essa práxis decorrente dessa delimitação do saber do analista, uma práxis do bem dizer e também *poiética*.

Destacamos que o saber produz um resto enquanto produto; e também se dá através de restos; esse saber, Lacan o relaciona ao saber do inconsciente. Desse modo, vimos que esse saber — que se refere ao saber do psicanalista e é depreendido da experiência de análise — está em relação com o saber do inconsciente.

Neste percurso, destacamos a relevância do inconsciente para o saber do psicanalista, o qual foi tomado enquanto central para a pesquisa; afinal, é esse o aspecto

que faz da psicanálise uma transmissão distinta de outros campos de saber. Ao longo do desenvolvimento dessa, destacamos que o saber do inconsciente se funda na medida em que ocorre a divisão do sujeito, e este fica como efeito entre dois significantes. Tendo em vista que há uma transformação no sujeito a partir do ato analítico, decorre daí uma transformação em relação ao saber do inconsciente.

O ato implica um percurso do sujeito suposto saber a um saber sem sujeito; nessa transformação ocorre uma espécie de encontro com o não-saber, encontro com um limite do saber, é no ponto em que há um impossível de saber que passa a ser possível inventar algo; tal invenção implica diretamente em um fazer. Destacamos que é da experiência com o significante e com o saber, que é possível uma invenção; assinalamos também a presença do registro do real na invenção.

Desse modo, constatamos que a invenção responde à singularidade implícita no saber de cada analista e em sua práxis. Não só singular, mas também universal, pois responde aos critérios de transmissibilidade, uma vez que deve possibilitar o direcionamento das análises.

É através da análise pessoal que será possível uma invenção a partir dos restos de saber. Destacamos a relação da letra, enquanto essência do significante, com o saber do psicanalista. Vimos que ela possui um vínculo privilegiado com o real, mais um indicador da relação do saber do psicanalista com o registro do real. Assim, o saber do psicanalista é um saber pathemático, no sentido que advém da experiência da análise, das operações e transformações dela decorrentes, bem como da experiência do sujeito com o significante, com o inconsciente, em sua dimensão real.

Destacamos, então, a hipótese de que a invenção promoverá uma ligação, um enlace entre saber e fazer, a qual é decorrente da invenção a partir dos restos de saber. Tal enlace sendo, então, singular. aponta, mais uma vez para o singular presente no saber do psicanalista. Vimos que uma decorrência disso à práxis analítica, é de que a psicanálise trata-se de uma práxis que é poiética.

É na noção de *sinthome* que se pode encontrar a ideia de um saber e um fazer (*savoir-faire avec*) que se relaciona ao artifício — no sentido de artificar, de um fazer. Destacamos que tal saber fazer refere-se a um saber que ex-siste ao sujeito, um saber que é relacionado ao real em jogo no significante. O fazer se dá a partir de uma nova articulação de tais restos mediante uma invenção. Enfatizamos que Lacan fará um assinalamento extremamente relevante, quando propõe tal transformação em relação ao sujeito e a linguagem. O sujeito poderá conquistar uma liberdade mediante o saber e a alíngua que ex-sistem ao indivíduo.

Durante o percurso da pesquisa abordamos o saber em relação a diferentes noções psicanalíticas, pudemos situar o conceito ato analítico enquanto operação imprescindível para a passagem de um saber ao psicanalista. Constatamos a importância da transformação subjetiva nesse processo, a qual possibilita a inauguração de um psicanalista que sustenta um saber fazer na práxis através de um saber que ex-siste ao sujeito, pertencente ao registro do real, implicando assim a psicanálise em uma práxis *poiética*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BADIOU, A. *Para uma nova teoria do sujeito. Conferências Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BRODSKY, G. *SHORT STORY os princípios do ato analítico*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

CÉSARIS, D. M. C. *Verdade, saber e Sintoma em Lacan. Implicações na clínica das dificuldades no aprender*. São Paulo: Eduniso – Fapesp, 2009.

CABAS, G. *O sujeito na psicanálise de freud a lacan – da questão do sujeito ao sujeito em questão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____ “A transmissão da psicanálise: Uma questão de discurso”, *Interação em psicologia*, Vv. 15 (n. especial), p. 87-90 2011. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/>>

DUNKER, C. “Crítica da ideologia estética em psicanálise - um estudo sobre o fim de análise”. In: *Psicanálise fim de século – Ensaios críticos*. São Paulo: Hacker, 1998. v.1, p. 57-87.

_____ “Ontologia negativa em psicanálise: entre ética e epistemologia”. *Revista Discurso*. Departamento de Filosofia da FFLCH da USP, v. 36, p. 217-242, 2007.

_____ *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica*. São Paulo: Annablume, 2011.

_____ Verdade e metalinguagem em Lacan. *Ágora* (Rio de Janeiro) v. XV, p. 513 – 518, 2012.

ELIA, L. *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FREUD, S. (1908) Sobre as Teorias Sexuais das Crianças: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996; Vol. IX.

_____ (1912) Recomendações aos Médicos que exercem a Psicanálise: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996; Vol. XII.

_____ (1917) Conferências Introdutórias. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996; Vol. XVI.

_____ (1917) Die Fixierung an das Trauma, das Unbewusste. Vorlesung 18. In: *Sigmund Freud Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer, 1989.

GARCIA-ROZA, L. A. (1984) *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GAY, P. *Freud uma vida para o nosso tempo*. São Paulo: Schwarcz, 1990.

GOLDSCHMIDT, V. *Tempo lógico e tempo histórico na interpretação dos sistemas filosóficos: A religião de Platão*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

HARARI, R. *O psicanalista, o que é isso?* Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2008.

_____ *Como se chama James Joyce? A partir do seminário Le Sinthome de J. Lacan*. Bahia: Ágalma e Rio de Janeiro: Cia. De Freud, 2003.

KATZ, I. *Alfabestização: Perspectivas da articulação sujeito e escrita*. 2011. (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2011.

KUPFER, M. C. *Desejo de saber* – Tese de Doutorado. Universidade São Paulo, São Paulo, 1990.

KUPERMANN, D. “Sobre a produção psicanalítica e os cenários da universidade”. *Psico*, Porto Alegre, PUCRS, v. 40, n. 3, jul./set. 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/>>.

LACAN, J. (1953) “Variantes do tratamento-padrão”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 325-364.

_____ (1958) “A direção do tratamento e os princípios do seu poder”. In: *Escritos*: Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 591-652.

_____ (1960) “Posição do inconsciente”. In: *Escritos*: Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 843 – 864.

_____ (1967) “A proposição de 9 de outubro”. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 248-264.

_____ (1967) “O engano do sujeito suposto saber”. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 329-340.

_____ (1970) “Alocução sobre o ensino”. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 302-310.

_____ “O conceito da análise”. In: *Seminário 1: Os escritos técnicos de Freud*. [1953 - 1954] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 355 – 373 Ed.1986.

_____ Psicologia e Metapsicologia. In: *Seminário 2 O eu na teoria de Freud*. [1954 – 1955] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 09 – 21 Ed. 1987.

_____ Saber, Verdade e Opinião. In: *Seminário 2 O eu na teoria de Freud*. [1954 – 1955] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 22 - 37 Ed. 1987.

_____ Uma definição materialista do fenômeno de consciência In: *Seminário 2 O eu na teoria de Freud*. [1954 – 1955] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 57 – 72 Ed. 1987.

_____ “Eu venho do salsicheiro” – In: *Seminário 3 As Psicoses* [1955 – 1956]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. P. 55 – 69 Ed. 1988.

_____ Análise e verdade ou o fechamento do inconsciente. In: *Seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. [1964] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 135 – 146, Ed. 2010.

_____ O sujeito e o Outro (I): A alienação. In: *Seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. [1964] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 199 – 210 Ed. 2010.

_____ O sujeito e o Outro (II): A Afânise. In: *Seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. [1964] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 211 – 223 Ed. 2010.

_____ Da interpretação a transferência. In: *Seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. [1964] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 237 – 252 Ed. 2010.

_____ Lição 1 – 15 de novembro de 1967 In: *O Ato psicanalítico Seminário [1967 - 1968]*. Porto Alegre: Escola de Estudos Psicanalíticos. Publicação para circulação interna, p. 7 – 27.

_____ Lição 2 – 22 de novembro de 1967 In: *O Ato psicanalítico Seminário [1967 - 1968]*. Porto Alegre: Escola de Estudos Psicanalíticos. Publicação para circulação interna, p. 27 – 44.

_____ Lição 3 – 29 de novembro de 1967 In: *O Ato psicanalítico Seminário [1967 - 1968]*. Porto Alegre: Escola de Estudos Psicanalíticos. Publicação para circulação interna, p. 45 – 60.

_____ Lição 4 – 6 de dezembro de 1967 In: *O Ato psicanalítico Seminário [1967 - 1968]*. Porto Alegre: Escola de Estudos Psicanalíticos. Publicação para circulação interna, p. 61 – 73.

_____ Lição 5 – 10 de janeiro de 1968 In: *O Ato psicanalítico Seminário [1967 - 1968]*. Porto Alegre: Escola de Estudos Psicanalíticos. Publicação para circulação interna, p. 75 – 86.

_____ Lição 6 – 17 de janeiro de 1968 In: *O Ato psicanalítico Seminário [1967 - 1968]*. Porto Alegre: Escola de Estudos Psicanalíticos. Publicação para circulação interna, p. 87 – 99.

_____ Lição 11 – 28 de fevereiro de 1968 In: *O Ato psicanalítico Seminário [1967 - 1968]*. Porto Alegre: Escola de Estudos Psicanalíticos. Publicação para circulação interna, p. 161 – 183.

_____ Lição 12 – 6 de março de 1968 In: *O Ato psicanalítico Seminário [1967 - 1968]*. Porto Alegre: Escola de Estudos Psicanalíticos. Publicação para circulação interna, p. 185 – 197.

_____ Lição 13 – 13 de março de 1968 In: *O Ato psicanalítico Seminário [1967 - 1968]*. Porto Alegre: Escola de Estudos Psicanalíticos. Publicação para circulação interna, p. 199 – 212.

_____ Lição 15 – 27 de março de 1968 In: *O Ato psicanalítico Seminário [1967 - 1968]*. Porto Alegre: Escola de Estudos Psicanalíticos. Publicação para circulação interna, p. 229 – 248.

_____ Seminário 16 *De um Outro ao outro* [1968 – 1969]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed.2008.

_____ Produção dos quatro discursos. In: *Seminário 17: O avesso da psicanálise*. [1969 – 1970] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 9 – 26 Ed. 1992.

_____ O mestre e a histérica. In: *Seminário 17: O avesso da psicanálise*. [1969 – 1970] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 29 – 39 Ed. 1992.

_____ Saber, meio de gozo. In: *Seminário 17: O avesso da psicanálise*. [1969 – 1970] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 40 – 55 Ed. 1992.

_____ O campo lacaniano. In: *Seminário 17: O avesso da psicanálise*. [1969 – 1970] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 72 – 87 Ed. 1992.

_____ O mestre castrado. In: *Seminário 17: O avesso da psicanálise*. [1969 – 1970] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 91 – 106 Ed. 1992.

_____ Édipo e Moisés e o pai da horda. In: *Seminário 17: O avesso da psicanálise*. [1969 – 1970] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 107 – 123 Ed. 1992.

_____ Conversas nos degraus do Panteão. In: *Seminário 17: O avesso da psicanálise*. [1969 – 1970] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 151 – 158 Ed. 1992.

_____ Os sulcos da aletosfera. In: *Seminário 17: O avesso da psicanálise*. [1969 – 1970] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 159 – 173 Ed. 1992.

_____ A impotência da verdade. *In: Seminário 17: O avesso da psicanálise*. [1969 – 1970] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 174 – 190 Ed. 1992.

_____ O poder dos impossíveis. *In: Seminário 17: O avesso da psicanálise*. [1969 – 1970] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 191 – 204 Ed. 1992.

_____ O escrito e a verdade. *In Seminário 18: De um discurso que não fosse semblante*. [1971] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 51 – p. 70. Ed. 2009.

_____ Lição sobre lituraterria. *In Seminário 18: De um discurso que não fosse semblante*. [1971] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 105 – p. 119. Ed. 2009

_____ Um homem e uma mulher e a psicanálise. *In Seminário 18: De um discurso que não fosse semblante*. [1971] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 135 – p. 151. Ed. 2009.

_____ Topologia da Fala. *In Seminário 19: ... ou pior* [1971 – 1972a] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 63 – 77. Ed. 2012.

_____ O que vem a ser o outro. *In Seminário 19: ... ou pior* [1971 – 1972a] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 108 – 118. Ed. 2012.

_____ História de Uns *In Seminário 19: ... ou pior* [1971 – 1972a] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 141 – 159. Ed. 2012.

_____ O saber sobre a verdade. *In Seminário 19: ... ou pior* [1971 – 1972a] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 160 – 172. Ed. 2012.

_____ Teoria das Quatro Fórmulas. *In Seminário 19: ... ou pior* [1971 – 1972a] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 185 – 202. Ed. 2012.

_____ O desejo de dormir. *In Seminário 19: ... ou pior* [1971 – 1972a]
Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 205 – 212. Ed. 2012.

_____ *Estou falando com as paredes* – Jacques Lacan [1971 – 1972b]. Rio
de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

_____ *Seminario 24 - Lo no sabido que sabe de la una-equivocación se
ampara en la morra* [1976-1977]. Disponível em:
[http://www.agrupaciondco.com.ar/biblioteca/index.php?dir=Lacan%
+Obras+Completas](http://www.agrupaciondco.com.ar/biblioteca/index.php?dir=Lacan%2C+Jacques+-+Obras+Completas)[http://www.agrupaciondco.com.ar/biblioteca/index.php?dir=Lacan%
2C+Jacques+-+Obras+Completas](http://www.agrupaciondco.com.ar/biblioteca/index.php?dir=Lacan%
2C+Jacques+-+Obras+Completas)

_____ *Seminario 24 L'insu-que-sait de l'une-bévue s'aile á mourre.*

LOMBARDI, G. “Efectos didáticos y terapéuticos del psicoanálisis” *Hojas
clínicas*. JVE, Buenos Aires, Vol. 6, 2005. Disponível em:
<<http://bibliopsi.org/descargas/materias>>

_____ “O juízo íntimo do analista”. *Stylus* (Rio de Janeiro), n. 27, pp. 61-
71. ISSN 1676-157X, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo>>

_____ “O conhecimento do sintoma e as opções no fim da análise”. *Stylus*
(Rio de Janeiro), n. 26, pp. 111-121, ISSN 1676-157X, 2013. Disponível em:
<<http://pepsic.bvsalud.org/scielo>> <http://pepsic.bvsalud.org/scielo>

LIED, I. “O autorizar-se analista não é clandestino”. *Cadernos das Jornadas da
Maiêutica* (Florianópolis) p. 3-33, 2013. Disponível em:
<<http://www.maieutica.com.br/>>

MANNONI, M. *Um saber que não se sabe – A experiência analítica*.
Campinas: Papirus, 1985.

MASSON, J. *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess*. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

MUSOLINO, M. *Hacia una praxis de lo real – de lo inconsciente a la una-equivocación*, Buenos Aires: Letra Viva, 2008.

NASIO, J-D. *Como Trabalha um Psicanalista?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

PORGE, E. *Transmitir a clínica psicanalítica – Freud, Lacan, Hoje*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

QUINET, A. *As 4 + 1 condições da análise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

_____ *A estranheza da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

RABINOVICH, D. *O desejo do psicanalista – liberdade e determinação em psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

RITVO, J. “O conceito de letra na obra de Lacan”. *A prática da letra* (Escola Letra Freudiana, Rio de Janeiro), p. 9 – 24, ano XIX, n. 26, 2000.

ROUDINESCO, E. *Jacques Lacan – Esboço de uma vida História de um sistema de pensamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SOLER, C. *Variáveis do fim da análise*. Campinas: Papyrus, 1995.

_____ *O inconsciente: Que é isso?* São Paulo: Annablume, 2012.

_____ *Lacan, O inconsciente reinventado*. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2012.

_____ *A repetição na experiência psicanalítica*. São Paulo. Escuta 2013.

STEFFEN, R. *Editorial A carta*, São Paulo, Campinas -
[http://www.acpsicanalise.org.br/docs/aCarta-2013-
miolo.pdf#page=34](http://www.acpsicanalise.org.br/docs/aCarta-2013-miolo.pdf#page=34)<http://www.acpsicanalise.org.br/docs/aCarta-2013-miolo.pdf> - page=34

TAVARES, P. *Fausto e a Psicanálise – Sopros de sinthome na forja do pactário*. São Paulo: Annablume, 2012.

VIDAL, P. “A invenção da psicanálise”, *Revista estilos da clínica*, p. 460-479, 2010.